



SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
TERMO DE REFERÊNCIA – LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONCORRÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 599/2026

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos no município de Teixeira de Freitas – BA, conforme especificações técnicas, demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como serviços especiais de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

1.3.1 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que os serviços inerentes ao escopo do objeto possuem natureza permanente, essencial e contínua, destinando-se ao atendimento de necessidade pública que se renova diariamente e cuja interrupção comprometeria significativamente a regular prestação dos serviços públicos municipais, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que a necessidade administrativa não decorre de evento específico ou demanda transitória, mas da obrigação permanente do Município de assegurar condições adequadas de limpeza urbana, manejo ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, conservação dos espaços públicos, manutenção da arborização urbana e proteção da saúde coletiva, competências atribuídas aos Municípios pela Constituição Federal, pela legislação ambiental e pela Política Nacional de Resíduos Sólidos.

1.4 O prazo de execução dos serviços será de **12 (doze) meses** conforme cronograma físico-financeiro da planilha orçamentária, anexo do Estudo Técnico Preliminar.

1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação dos serviços de limpeza urbana se justifica pela necessidade de manutenção contínua da limpeza, conservação e organização dos espaços públicos do município, contribuindo para a preservação da saúde pública, da qualidade ambiental e do bem-estar da população.



2.2 Os serviços abrangem atividades essenciais para a adequada manutenção das vias públicas, praças, canteiros, áreas institucionais e demais logradouros públicos, auxiliando na prevenção do acúmulo de resíduos, proliferação de vetores e ocorrência de situações que possam comprometer as condições sanitárias e urbanísticas do município.

2.3 A execução regular dos serviços de limpeza urbana contribui para a melhoria das condições de mobilidade, segurança e utilização dos espaços públicos pela população, além de colaborar para a valorização do ambiente urbano e para a promoção de uma cidade mais limpa e organizada.

2.4 A contratação se mostra necessária para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços prestados à coletividade, atendendo ao interesse público e às demandas permanentes da Administração Municipal, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 13650403000128-0-000001/2026
- II. Data de publicação no PNCP: 24/05/2025
- III. Id do item no PCA: 58
- IV. Classe/Grupo: 853 – SERVIÇOS DE LIMPEZA
- V. Identificador da Futura Contratação: 983993-260/2026

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Projeto Básico, anexo dos Estudos Técnicos Preliminares.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

5.1 Execução dos serviços

Os serviços deverão ser executados de acordo:

- a) Conforme as orientações da fiscalização da Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas – BA.
- b) Toda e qualquer frente de serviço deverá ser autorizada pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas – BA.



c) Projeto Básico oferecido pela Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas – BA.

5.2 Detalhamento de execução dos serviços

O detalhamento da execução dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos está contido no Projeto Básico conforme anexo do Estudo Técnico Preliminar.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Sustentabilidade e Meio Ambiente

6.1.1 Em atendimento ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto no art. 5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como às diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal, pela Lei Federal n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), pela Lei Federal n.º 11.445/2007 (Política Nacional de Saneamento Básico), pela legislação ambiental vigente e demais normas aplicáveis, a futura contratação deverá ser executada observando critérios de sustentabilidade ambiental, prevenção da poluição, uso racional dos recursos naturais e mitigação dos impactos decorrentes das atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

6.1.2 Considerando a natureza do objeto, os serviços contratados possuem dupla função ambiental: ao mesmo tempo em que constituem atividades potencialmente geradoras de impactos operacionais, representam instrumento essencial de proteção ambiental, saneamento urbano, saúde pública, preservação dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida da população.

6.1.3 Dessa forma, deverão ser observadas, no mínimo, as seguintes diretrizes e medidas mitigadoras:

6.1.3.1 Gestão ambiental da frota:

6.1.3.1.1 A contratada deverá manter programa permanente de manutenção preventiva e corretiva da frota, objetivando:

- 6.1.3.1.1.1 redução das emissões atmosféricas;
- 6.1.3.1.1.2 diminuição do consumo de combustíveis;
- 6.1.3.1.1.3 controle da emissão de fumaça preta;
- 6.1.3.1.1.4 redução de ruídos operacionais;
- 6.1.3.1.1.5 prevenção de vazamentos de óleo, combustíveis e fluidos hidráulicos;
- 6.1.3.1.1.6 melhoria da eficiência energética dos veículos e equipamentos.

6.1.3.1.2 Sempre que tecnicamente viável, deverão ser priorizados veículos com tecnologias de menor emissão de poluentes e maior eficiência energética.

6.1.3.2 Controle da poluição atmosférica:

6.1.3.2.1 Durante toda a execução contratual deverão ser adotadas medidas destinadas à redução das emissões atmosféricas provenientes dos veículos, máquinas e equipamentos utilizados nos serviços, mediante manutenção periódica, regulagem dos motores e substituição imediata de equipamentos que apresentem emissão acima dos padrões ambientalmente aceitáveis.

6.1.3.3 Controle de vazamentos e contaminação do solo:



6.1.3.3.1 A contratada deverá adotar procedimentos destinados a evitar vazamentos de combustíveis, óleos lubrificantes, graxas e demais produtos potencialmente contaminantes, realizando imediatamente a contenção, remoção e destinação ambientalmente adequada de eventual material contaminado.

6.1.3.3.2 O abastecimento, manutenção e armazenamento de combustíveis deverão observar as normas ambientais e de segurança aplicáveis.

6.1.3.4 Destinação ambientalmente adequada dos resíduos:

6.1.3.4.1 Todos os resíduos coletados durante a execução contratual deverão receber destinação ambientalmente adequada, observando a legislação vigente, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e as determinações da Administração Municipal.

6.1.3.4.2 A disposição final deverá ocorrer exclusivamente em unidades ambientalmente licenciadas ou autorizadas pelos órgãos competentes.

6.1.3.5 Fortalecimento da coleta seletiva:

6.1.3.5.1 Os serviços de coleta seletiva deverão ser executados buscando ampliar a recuperação de materiais recicláveis, reduzir o encaminhamento de resíduos para disposição final e fomentar práticas de economia circular, observadas as diretrizes municipais aplicáveis.

6.1.3.5.2 Sempre que houver integração com cooperativas ou associações regularmente constituídas, deverão ser observadas as normas estabelecidas pela Administração.

6.1.3.6 Redução da disposição final de resíduos:

6.1.3.6.1 A contratada deverá desenvolver suas atividades buscando minimizar o encaminhamento desnecessário de resíduos ao aterro sanitário, mediante adequada segregação dos materiais e respeito aos fluxos operacionais definidos pelo município.

6.1.3.7 Manejo ambiental da arborização urbana:

6.1.3.7.1 Os serviços de poda, manejo e supressão autorizada de árvores deverão observar critérios técnicos de arboricultura urbana, preservando a estabilidade fitossanitária das espécies, evitando podas excessivas e reduzindo riscos à vegetação existente.

6.1.3.7.2 Os resíduos vegetais gerados deverão receber destinação ambientalmente adequada, podendo ser encaminhados para processos de reaproveitamento, compostagem ou outras formas ambientalmente compatíveis, quando existentes.

6.1.3.8 Conservação das áreas verdes:

6.1.3.8.1 Os serviços de capina, roçagem e manutenção das áreas verdes deverão ser executados de forma a preservar a cobertura vegetal existente, evitar processos erosivos, minimizar o revolvimento desnecessário do solo e reduzir danos à vegetação permanente.

6.1.3.8.2 Sempre que possível deverão ser adotadas técnicas que reduzam a degradação do solo e preservem os ecossistemas urbanos.

6.1.3.9 Controle da geração de resíduos operacionais:



6.1.3.9.1 A contratada deverá minimizar a geração de resíduos decorrentes da própria execução dos serviços, realizando a correta segregação, armazenamento temporário e destinação de:

- 6.1.3.9.1.1 pneus inservíveis;
- 6.1.3.9.1.2 óleos lubrificantes usados;
- 6.1.3.9.1.3 filtros;
- 6.1.3.9.1.4 embalagens contaminadas;
- 6.1.3.9.1.5 baterias;
- 6.1.3.9.1.6 peças substituídas;
- 6.1.3.9.1.7 resíduos de manutenção;
- 6.1.3.9.1.8 materiais metálicos;
- 6.1.3.9.1.9 resíduos eletroeletrônicos eventualmente gerados.

6.1.3.10 Utilização racional dos recursos naturais:

6.1.3.10.1 A contratada deverá adotar medidas permanentes para redução do consumo de água, energia elétrica, combustíveis e demais insumos utilizados na execução contratual, buscando maior eficiência operacional e menor impacto ambiental.

6.1.3.11 Educação ambiental dos trabalhadores:

6.1.3.11.1 Os empregados envolvidos na execução contratual deverão receber orientações periódicas sobre:

- 6.1.3.11.1.1 segregação de resíduos;
- 6.1.3.11.1.2 prevenção da poluição;
- 6.1.3.11.1.3 uso racional de recursos naturais;
- 6.1.3.11.1.4 prevenção de vazamentos;
- 6.1.3.11.1.5 atendimento a emergências ambientais;
- 6.1.3.11.1.6 boas práticas ambientais durante a execução dos serviços.

6.1.3.12 Atendimento à legislação ambiental:

6.1.3.12.1 Toda a execução contratual deverá observar rigorosamente a legislação ambiental federal, estadual e municipal, incluindo licenças, autorizações, condicionantes ambientais e demais exigências expedidas pelos órgãos competentes.

6.1.3.13 Mitigação dos impactos operacionais:

6.1.3.13.1 Com o objetivo de minimizar impactos à população e ao meio ambiente, deverão ser observadas, dentre outras, as seguintes medidas:

- 6.1.3.13.1.1 planejamento das rotas operacionais para redução do consumo de combustível;
- 6.1.3.13.1.2 diminuição do tempo de marcha lenta dos veículos;
- 6.1.3.13.1.3 redução da emissão de poeira durante os serviços de varrição, capina e coleta;
- 6.1.3.13.1.4 sinalização adequada das frentes de trabalho;
- 6.1.3.13.1.5 controle dos níveis de ruído em áreas sensíveis;
- 6.1.3.13.1.6 prevenção da dispersão de resíduos durante o transporte;
- 6.1.3.13.1.7 cobertura adequada das cargas quando aplicável;



6.1.3.13.1.8 limpeza imediata de resíduos eventualmente derramados durante as operações.

6.1.3.14 *Contribuição ambiental da contratação*

6.1.3.14.1 A própria contratação representa importante instrumento de promoção da sustentabilidade ambiental municipal, uma vez que permitirá:

- 6.1.3.14.1.1 redução da disposição irregular de resíduos;
- 6.1.3.14.1.2 diminuição da poluição visual e ambiental;
- 6.1.3.14.1.3 prevenção da proliferação de vetores e doenças;
- 6.1.3.14.1.4 melhoria da drenagem urbana;
- 6.1.3.14.1.5 redução do assoreamento de canais e cursos d'água;
- 6.1.3.14.1.6 preservação das áreas verdes urbanas;
- 6.1.3.14.1.7 fortalecimento da coleta seletiva;
- 6.1.3.14.1.8 melhoria das condições de limpeza pública;
- 6.1.3.14.1.9 incremento da qualidade ambiental do município;
- 6.1.3.14.1.10 atendimento às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos e do saneamento básico.

6.1.3.14.2 Dessa forma, conclui-se que os serviços objeto da contratação possuem natureza eminentemente ambiental, constituindo importante instrumento de proteção da saúde pública, preservação do meio ambiente urbano e promoção do desenvolvimento sustentável, devendo sua execução observar permanentemente as medidas mitigadoras e os critérios de sustentabilidade ora estabelecidos.

6.2 Subcontratação

6.2.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.2.2 Considerando que o objeto da presente contratação consiste na **execução dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos no Município de Teixeira de Freitas/BA**, caracterizados como **serviços contínuos** e prestados sob o regime de **dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO)**, conclui-se pela **vedação da subcontratação**, em razão das peculiaridades técnicas, operacionais, administrativas e jurídicas inerentes à execução contratual.

6.2.3 No caso em análise, a vedação mostra-se tecnicamente necessária e juridicamente adequada pelos seguintes fundamentos:

6.2.3.1 Natureza essencial e contínua dos serviços:

6.2.3.1.1 Os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos possuem natureza essencial à coletividade, sendo indispensáveis à manutenção das condições de salubridade pública, higiene urbana, proteção ambiental e prevenção de riscos à saúde da população. A eventual fragmentação da execução mediante subcontratação poderá comprometer a continuidade, a padronização, a eficiência operacional e a pronta resposta às demandas diárias da Administração.

6.2.3.2 Regime de dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO):

6.2.3.2.1 A contratação exige que toda a equipe operacional permaneça vinculada exclusivamente ao contrato durante sua execução, envolvendo gestão permanente de



peçoal, controle de frequência, substituições imediatas, fornecimento de uniformes e EPIs, capacitação, medicina e segurança do trabalho, fiscalização trabalhista e gerenciamento operacional contínuo.

6.2.3.2.2 A eventual subcontratação criaria múltiplos vínculos de gestão de mão de obra, dificultando significativamente o controle contratual, a fiscalização administrativa e operacional, bem como a identificação das responsabilidades de cada executor, contrariando os princípios da eficiência, da economicidade e da boa governança administrativa.

6.2.3.3 Responsabilidade única pela execução contratual:

6.2.3.3.1 A vedação da subcontratação assegura que exista um único responsável pela execução integral do contrato, facilitando a fiscalização, a aplicação de indicadores de desempenho, a medição dos serviços, a apuração de responsabilidades, a aplicação de sanções administrativas e a solução de eventuais inconformidades.

6.2.3.3.2 Em contratos de elevada complexidade operacional e execução diária, a pulverização das responsabilidades entre contratada e subcontratadas tende a dificultar a rastreabilidade das ocorrências, retardar a solução de problemas e aumentar o risco de descontinuidade dos serviços.

6.2.3.4 Gestão dos riscos trabalhistas, previdenciários e fiscais:

6.2.3.4.1 Os contratos executados com dedicação exclusiva de mão de obra demandam fiscalização intensiva quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias, inclusive para mitigação do risco de responsabilização subsidiária da Administração Pública.

6.2.3.4.2 A admissão de subcontratação ampliaria significativamente a cadeia de fiscalização, aumentando a complexidade do gerenciamento contratual, elevando os riscos de inadimplemento das obrigações trabalhistas e dificultando a verificação documental de empregados pertencentes a diferentes empresas executoras.

6.2.3.5 Preservação da qualidade e da padronização operacional:

6.2.3.5.1 Os serviços objeto da contratação envolvem coleta domiciliar, coleta de resíduos públicos, varrição, capina, roçagem, poda, limpeza de feiras, manejo de resíduos e demais atividades correlatas, todas executadas mediante planejamento operacional integrado, utilização coordenada de equipes, veículos, equipamentos e sistemas de controle.

6.2.3.5.2 A subcontratação parcial de tais atividades poderia comprometer a uniformidade dos procedimentos operacionais, a padronização da qualidade dos serviços, a integração logística e o cumprimento dos níveis mínimos de desempenho estabelecidos pela Administração.

6.2.3.6 Complexidade da fiscalização contratual:

6.2.3.6.1 A fiscalização deste contrato será realizada mediante acompanhamento permanente de equipes, veículos, equipamentos, produtividade, rotas, frequência, indicadores de desempenho, controle de pessoal e atendimento às ordens de serviço.

6.2.3.6.2 A existência de empresas subcontratadas aumentaria substancialmente a complexidade da fiscalização, exigindo controles paralelos sobre diversos



empregadores, diferentes estruturas administrativas e múltiplas relações contratuais, reduzindo a eficiência do acompanhamento e elevando os custos indiretos da gestão contratual.

6.2.3.7 Ausência de prejuízo à competitividade:

6.2.3.7.1 A vedação da subcontratação não restringe indevidamente a competitividade do certame, uma vez que o mercado nacional possui quantidade suficiente de empresas especializadas com capacidade técnica, operacional, econômico-financeira e gerencial para executar integralmente os serviços licitados.

6.2.3.7.2 Assim, a exigência de execução direta do objeto revela-se proporcional, razoável e compatível com a complexidade técnica da contratação, não configurando restrição injustificada à ampla competitividade.

6.2.4 Diante das características do objeto, da essencialidade dos serviços públicos envolvidos, da necessidade de execução contínua, da dedicação exclusiva de mão de obra, da elevada complexidade operacional e da necessidade de assegurar fiscalização eficiente, controle da qualidade, responsabilização direta da contratada e mitigação dos riscos trabalhistas e administrativos, conclui-se ser **tecnicamente recomendável e juridicamente legítima a vedação da subcontratação**, nos termos do art. 122, da Lei federal n.º 14.133/2021.

6.2.5 A medida atende aos princípios da supremacia do interesse público, da eficiência, da continuidade do serviço público, da segurança jurídica, do planejamento, da boa governança, da gestão de riscos, da economicidade e da adequada fiscalização contratual, constituindo providência proporcional e indispensável para assegurar a execução satisfatória do objeto contratado.

6.3 Garantia da contratação

6.3.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes, da Lei Federal n.º 14.133/2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

6.3.2 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

6.3.2.1 caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

6.3.2.2 seguro-garantia;

6.3.2.3 fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

6.3.2.4 título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

6.3.3 Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

6.3.4 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.



6.3.5 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

6.3.6 O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei Federal n.º 14.133/2021:

6.3.6.1 o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

6.3.6.2 o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

6.3.7 Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

6.3.8 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

6.3.9 Na contratação de obras e serviços de engenharia, o edital poderá exigir a prestação da garantia na modalidade seguro-garantia e prever a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato, hipótese em que:

6.3.9.1 a seguradora deverá firmar o contrato, inclusive os aditivos, como interveniente anuente e poderá:

- a) ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal;
- b) acompanhar a execução do contrato principal;
- c) ter acesso a auditoria técnica e contábil;
- d) requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento;

6.3.9.2 a emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal;

6.3.9.3 a seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

6.3.9.4 Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

- a) caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;
- b) caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

6.3.10 Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal n.º 14.133/2021.



6.3.11 A garantia prestada responderá por eventuais multas aplicadas à Contratada, podendo ser retida para satisfação de perdas e danos resultantes de inadimplemento ou de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da Contratada.

6.3.12 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

6.4 Garantia de Manutenção da Proposta

6.4.1 Com fundamento no art. 58, da Lei Federal n.º 14.133/2021, considerando a elevada complexidade técnica, operacional e financeira do objeto, bem como a necessidade de resguardar a Administração Pública contra riscos decorrentes da desistência injustificada da proposta ou da recusa do licitante vencedor em celebrar o contrato, será exigida garantia de manutenção da proposta.

6.4.2 A garantia da proposta corresponderá a **1% (um por cento)** do valor estimado da contratação, devendo ser apresentada juntamente com a proposta, nas modalidades admitidas pela Lei Federal n.º 14.133/2021, quais sejam:

6.4.2.1 caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

6.4.2.2 seguro-garantia; ou

6.4.2.3 fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

6.4.3 A garantia deverá permanecer válida por prazo não inferior ao período de validade da proposta, acrescido do prazo necessário para eventual convocação do licitante vencedor para assinatura do contrato, devendo ser prorrogada quando houver prorrogação da validade da proposta.

6.4.4 A garantia da proposta será devolvida aos licitantes após:

6.4.4.1 a celebração do contrato com o licitante vencedor; ou

6.4.4.2 a revogação, anulação ou encerramento da licitação, observadas as disposições legais aplicáveis.

6.4.5 A garantia somente será executada nas hipóteses previstas no § 4º, do art. 58, da Lei Federal n.º 14.133/2021, especialmente quando o licitante:

6.4.5.1 retirar sua proposta durante o prazo de validade;

6.4.5.2 deixar de assinar o contrato, a ata de registro de preços ou instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

6.4.5.3 deixar de apresentar os documentos exigidos para contratação;

6.4.5.4 praticar ato que impeça ou inviabilize a contratação por fato exclusivamente a ele imputável.

6.4.6 A execução da garantia não afasta a aplicação das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, quando cabíveis.

6.4.7 A não apresentação da garantia da proposta implicará a inabilitação do licitante.

6.4.8 Considerando a relevância dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, bem como a necessidade de assegurar a seriedade das propostas apresentadas, a Administração Municipal justifica a presente exigência como mecanismo de proteção ao interesse público e à continuidade dos serviços essenciais.



6.4.9 A presente contratação possui elevada relevância para a continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Município, envolvendo significativa mobilização de mão de obra sob regime de dedicação exclusiva, frota especializada, equipamentos, planejamento operacional e investimentos necessários à execução contratual.

6.4.10 Trata-se de contratação de grande vulto, cuja eventual desistência do licitante vencedor, após a fase competitiva, poderá ocasionar atrasos significativos na contratação, necessidade de convocação dos licitantes remanescentes ou até mesmo a realização de novo procedimento licitatório, comprometendo a continuidade dos serviços públicos essenciais, a salubridade urbana, a saúde pública e a proteção ambiental.

6.4.11 Nesse contexto, a exigência da garantia da proposta constitui medida proporcional e adequada para assegurar a seriedade das propostas apresentadas, reduzir o risco de comportamento oportunista dos licitantes, conferir maior segurança jurídica ao procedimento licitatório e proteger o interesse público, sem restringir indevidamente a competitividade, uma vez que o percentual exigido corresponde a apenas 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, observado o limite máximo estabelecido no art. 58, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

6.4.12 A medida mostra-se compatível com os princípios da eficiência, da segurança jurídica, do planejamento, da continuidade do serviço público, da economicidade e da busca da proposta mais vantajosa, constituindo mecanismo legítimo de mitigação dos riscos inerentes a uma contratação de elevada complexidade técnica, operacional e financeira.

6.5 Vistoria prévia

6.5.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização da vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, entre os dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08h (oito horas) às 12h (doze horas) e das 13h30 (treze horas e trinta minutos) às 17h30 (dezessete horas e trinta minutos).

6.5.2 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

6.5.3 Caso a **PROPONENTE** considere relevante a realização de VISTORIA PRÉVIA, a mesma deverá solicitar e agendá-la previamente com a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, através de ofício dirigido àquele órgão, com antecedência de 48h (quarenta e oito horas) da data prevista para realização do certame, conforme dias e horários estabelecidos em calendário próprio da Administração e de acordo com a disponibilidade de agenda da secretaria propriamente dita.

6.5.4 Os custos de reprodução gráfica, locomoção e outros relacionados a vistoria prévia serão de responsabilidade da **PROPONENTE**.

6.5.5 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento oficial de identificação com foto, documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria, cópia autenticada ou original do Contrato Social atualizado ou Registro Comercial da empresa



e procuração com poderes específicos para realizar tal procedimento, junto à Comissão Permanente de Contratação situado na Rua Dr. Carlos Mostardeiro, 31, segundo andar, Jardim Caraípe, Teixeira de Freitas/BA.

6.5.6 Realizada vistoria, deverá ser apresentada junto aos documentos de habilitação da licitante, sob pena de inabilitação, declaração formal de vistoria prévia assinada pelo representante legal e pelo responsável técnico da empresa, atestando que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, onde foi assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, conforme modelo constante do Anexo III.

6.5.6.1 A declaração conforme modelo do Anexo III também deverá estar assinada pelo servidor público designado para acompanhar a vistoria prévia junto ao licitante interessado.

6.5.7 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme Anexo IV.

6.5.8 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.6 Da alocação dos riscos

6.6.1 O contrato deverá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado ou daqueles a serem compartilhados.

6.6.1.1 A alocação de riscos de que trata o item 6.8.1 considerará, em compatibilidade com as obrigações e os encargos atribuídos às partes no contrato, a natureza do risco, o beneficiário das prestações a que se vincula e a capacidade de cada setor para melhor gerenciá-lo.

6.6.1.2 Os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão preferencialmente transferidos ao contratado.

6.6.1.3 A alocação dos riscos contratuais será quantificada para fins de projeção dos reflexos de seus custos no valor estimado da contratação.

6.6.1.4 A matriz de alocação de riscos definirá o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em relação a eventos supervenientes e deverá ser observada na solução de eventuais pleitos das partes.

6.6.1.5 Sempre que atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos, será considerado mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando as partes aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio relacionados aos riscos assumidos, exceto no que se refere:

6.6.1.5.1 às alterações unilaterais determinadas pela Administração, nas hipóteses do inciso I, do caput, do art. 124, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

6.6.1.5.2 ao aumento ou à redução, por legislação superveniente, dos tributos diretamente pagos pelo contratado em decorrência do contrato.



6.6.1.6 Na alocação de que trata o item 6.8.1, poderão ser adotados métodos e padrões usualmente utilizados por entidades públicas e privadas, e os ministérios e secretarias supervisores dos órgãos e das entidades da Administração Pública poderão definir os parâmetros e o detalhamento dos procedimentos necessários a sua identificação, alocação e quantificação financeira.

6.7 Da inversão de fases

6.7.1 A licitação deverá ser realizada com INVERSÃO DE FASES, permitida no art. 17, §1º da lei Federal n.º 14.133/2021, devendo a HABILITAÇÃO dos licitantes preceder a fase de apresentação de propostas e lances, em busca da melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste instrumento.

6.7.2 A Lei Federal n.º 14.133/2021, em seu artigo 17, §§ 1º e 3º, estabelece que a fase de lances deve preceder a habilitação. No entanto, em situações específicas, como na contratação de serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos urbanos, cuja interrupção ou suspensão possa acarretar prejuízos à continuidade dos serviços, a inversão das fases se mostra uma alternativa mais eficaz. Isso ocorre porque, em diversos processos licitatórios, empresas sem capital social adequado ou sem comprovação técnica acabam apresentando lances mais baixos e sendo declaradas vencedoras. Porém, na fase de habilitação, constata-se que não atendem aos requisitos do edital, resultando em atrasos irreversíveis, riscos de perda do objeto devido à expiração de prazos ou, em muitos casos, no fracasso da licitação.

6.7.3 A inversão de fases terá como benefícios a verificação prévia da qualificação técnica, da experiência e da qualidade dos serviços prestados pelos licitantes, em busca de atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos neste Termo de Referência, na tentativa de evitar a mácula no preço com a realização da disputa de lances antes do julgamento da capacidade de execução do objeto. Assim, a disputa ocorrerá após a análise da habilitação dos licitantes, sendo o menor preço o critério decisivo na escolha da melhor proposta para a administração.

6.7.4 A adoção dessa sistemática revela-se plenamente adequada à presente contratação, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para execução dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos do Município de Teixeira de Freitas – BA, caracterizados como serviços contínuos, de elevada complexidade operacional e executados sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

6.7.5 A inversão das fases procedimentais materializa os princípios da eficiência, da economicidade, da celeridade, da competitividade, da razoabilidade e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, todos previstos no art. 5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

6.7.6 Sob o aspecto operacional, a realização do julgamento das propostas previamente à análise da habilitação evita que a Administração realize exame documental completo de todos os licitantes participantes, concentrando a verificação dos requisitos de habilitação apenas sobre o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, sem prejuízo da convocação dos demais classificados, caso necessário.

6.7.7 Em certames de grande vulto e elevada competitividade, como os destinados à contratação dos serviços de limpeza urbana, é comum a participação de diversas empresas



especializadas. Nessas hipóteses, a análise prévia da documentação de habilitação de todos os participantes demandaria expressivo dispêndio de recursos humanos, tempo e custos administrativos, sem que tal providência represente ganho efetivo para o interesse público.

6.7.8 A inversão das fases contribui para racionalizar a atuação administrativa, reduzir o tempo de processamento da licitação, otimizar os trabalhos da comissão de contratação ou do pregoeiro e concentrar os esforços de análise documental apenas sobre o licitante mais bem classificado, preservando integralmente o contraditório, a ampla defesa, a isonomia entre os concorrentes e a segurança jurídica do procedimento.

6.7.9 Além disso, a sistemática reduz significativamente o risco de retrabalho administrativo decorrente da análise de documentos de empresas que, ao final do julgamento, não apresentariam proposta economicamente mais vantajosa para a Administração.

6.7.10 Importa destacar que a adoção da inversão das fases não implica qualquer flexibilização dos requisitos de habilitação. Todos os documentos relativos à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal, social e trabalhista continuarão sendo integralmente exigidos do licitante provisoriamente vencedor, observando-se rigorosamente as disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do Edital.

6.7.11 Caso o licitante inicialmente classificado deixe de comprovar o atendimento às condições de habilitação, a Administração procederá à sua inabilitação e convocará o licitante subsequente, na ordem de classificação, repetindo-se o procedimento até a identificação de licitante plenamente habilitado, preservando-se a lisura, a competitividade e a segurança jurídica do certame.

6.7.12 No caso específico desta contratação, cuja futura execução demandará rigoroso controle operacional, análise detalhada da capacidade técnica e verificação minuciosa dos requisitos de habilitação, a inversão das fases revela-se medida compatível com as boas práticas de governança pública, permitindo que a Administração concentre sua atividade fiscalizatória apenas sobre a proposta efetivamente classificada em primeiro lugar, sem comprometer a seleção da proposta mais vantajosa.

6.7.13 Dessa forma, a adoção da inversão das fases procedimentais encontra respaldo expresso no art. 17, §1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, harmoniza-se com os princípios que regem as contratações públicas e representa medida apta a conferir maior eficiência, racionalidade administrativa, economicidade, celeridade processual e segurança jurídica ao procedimento licitatório, sem qualquer prejuízo à ampla competitividade, à transparência e ao controle da legalidade.

6.8 Da Prova de Conceito (Plano de Trabalho)

6.8.1 O licitante declarado provisoriamente vencedor da etapa de lances, será convocado para no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, apresentar uma Metodologia de Execução dos Serviços (Plano de Trabalho), que será submetido à análise técnica para julgamento de **APTO** ou **INAPTO**. A reprovação em qualquer um dos itens a seguir, sem possibilidade de saneamento imediato, acarretará a inaptidão do licitante.

6.8.2 O Plano de Trabalho tem por objetivo apresentar os requisitos a serem considerados na elaboração da Metodologia de Execução dos Serviços inerentes ao escopo de execução dos



serviços do objeto, tanto em termos de organização quanto de conteúdo das informações a serem apresentadas pelas licitantes.

6.8.3 A Metodologia de Execução dos Serviços deverá estar em estrita conformidade com as definições do Edital e as especificações mínimas funcionais, operacionais e técnicas, definidas neste Termo de Referência, bem como no Projeto Básico, anexo do Estudo Técnico Preliminar.

6.8.4 É facultada a apresentação de quaisquer informações adicionais ou complementares julgadas relevantes, incorporadas na Metodologia de Execução, desde que identificada claramente sua finalidade.

6.8.5 APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (PLANO DE TRABALHO)

6.8.5.1 A Licitante deverá apresentar Metodologia de Execução dos Serviços, considerando que diferentes soluções técnicas são comportadas e todas aquelas viáveis serão aceitas para efeito de habilitação da licitante. Esclarecemos que a proposta de Metodologia não será analisada para fins de definição da vencedora da licitação, apenas será avaliada se a Metodologia é aceitável. Todas as Metodologias aceitáveis serão tratadas igualmente, sendo a escolha da proposta vencedora apenas pelo critério do MENOR PREÇO OFERTADO. A aceitação da Metodologia será efetuada por critério objetivo considerado neste Edital, ou seja, soluções técnicas aceitáveis e viáveis.

6.8.5.2 Por se tratar de licitação cujo objeto constitui prestação de serviço público de caráter essencial, cuja continuidade pode ser comprometida, é exigido da licitante apresentação de Metodologia Executiva de Operação dos Serviços. Esta Metodologia deverá estar consubstanciada para execução dos serviços objeto desta licitação.

6.8.6 CONTEÚDO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (PLANO DE TRABALHO)

6.8.6.1 A Metodologia deverá ser elaborada e dimensionada com base nas quantidades referenciais apresentadas na Planilha de Orçamentária de referência, contendo no mínimo os itens descritos a seguir:

6.8.6.1.1 Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos – RSU, com utilização de caminhões compactadores com capacidade de 15 (quinze) m³:

6.8.6.1.1.1 Descrição da metodologia de execução proposta para a realização dos serviços.

6.8.6.1.1.2 Dimensionamento e especificação dos equipamentos e da mão-de-obra apresentando memorial de cálculo.

6.8.6.1.1.3 Mapas do plano de Coleta e Transporte de Resíduos Classe II-A com veículos dotados de GPS.

6.8.6.1.1.3.1 Mapa em escala reduzida da divisão espacial dos setores de coleta.

6.8.6.1.1.3.2 Mapas individualizados de cada setor em escala de 1:10.000, contendo a representação gráfica dos itinerários de cada viagem dos veículos coletores compactadores, com orientação de início e fim, bem como suas respectivas coordenadas geográficas (Lat. Lon.), indicando através de cores e suas respectivas legendas os setores de coleta, programação semanal (período diurno e noturno), frequências, e dias da semana.



6.8.6.1.1.4 Memorial descritivo apresentando sequencialmente os trechos de vias percorridas pelos itinerários de cada viagem, a partir do início dos trabalhos no setor, incluindo a programação semanal (período diurno e noturno, frequências, e dias da semana), bem como as coordenadas geográficas (Lat. Lon.) de início e fim da viagem, e ao final apresentação de quadro resumo com indicação das extensões percorridas (percurso produtivo dentro do setor - coletando) e (percurso improdutivo, fora do setor - deslocamento) e a extensão média (produtiva + improdutiva) percorrida por viagem do veículo coletor.

6.8.6.1.2 Coleta de materiais recicláveis:

6.8.6.1.2.1 Descrição da metodologia de execução proposta para a realização dos serviços.

6.8.6.1.2.2 Dimensionamento e especificação dos equipamentos e da mão-de-obra apresentando memorial de cálculo.

6.8.6.1.2.3 Mapas do plano de Coleta e Transporte de materiais recicláveis e reutilizáveis (papéis, papelões, plásticos, vidros, metais ferrosos, não ferrosos e outros), separados na fonte de geração, devidamente acondicionados para o recolhimento, com veículos dotados de GPS.

6.8.6.1.2.3.1 Mapa em escala reduzida da divisão espacial dos setores de coleta.

6.8.6.1.2.3.2 Mapas individualizados de cada setor em escala de 1:10.000, contendo a representação gráfica dos itinerários de cada viagem dos veículos coletores compactadores, com orientação de início e fim, bem como suas respectivas coordenadas geográficas (Lat. Lon.), indicando através de cores e suas respectivas legendas os setores de coleta, programação semanal (período diurno, de segunda a sábado) e frequências.

6.8.6.1.2.4 Memorial descritivo apresentando sequencialmente os trechos de vias percorridas pelos itinerários de cada viagem, a partir do início dos trabalhos no setor, incluindo a programação semanal (período diurno, de segunda a sábado), bem como as coordenadas geográficas (Lat. Lon.) de início e fim da viagem, e ao final apresentação de quadro resumo com indicação das extensões percorridas (percurso produtivo dentro do setor - coletando) e (percurso improdutivo, fora do setor - deslocamento) e a extensão média (produtiva + improdutiva) percorrida por viagem do veículo coletor.

6.8.6.1.3 Coleta e transporte de resíduos inertes (resíduos da construção civil - RCC), através de comboio de equipamentos compostos por caminhões basculantes trucados e retroescavadeira hidráulica:

6.8.6.1.3.1 Descrição da metodologia de execução proposta para a realização dos serviços.

6.8.6.1.3.2 Dimensionamento e especificação dos equipamentos e da mão-de-obra apresentando memorial de cálculo.

6.8.6.1.3.3 Mapas do plano de coleta e transporte de resíduos inertes (RCC) de forma mecanizada através de equipamentos e comboio de veículos dotados de GPS, consistindo na remoção e no encaminhamento ao destino final indicado pela Gestão



Municipal de todos e quaisquer resíduos provenientes de entulhos e restos de construção civil descartados de forma inadequada em terrenos baldios, vias públicas e demais logradouros do município.

6.8.6.1.3.3.1 Mapa em escala reduzida da divisão espacial dos setores de coleta.

6.8.6.1.3.3.2 Mapas individualizados de cada setor em escala de 1:10.000, contendo a representação gráfica dos itinerários de cada viagem dos veículos coletores compactadores, com orientação de início e fim, bem como suas respectivas coordenadas geográficas (Lat. Lon.), indicando através de cores e suas respectivas legendas os setores de coleta, programação semanal (período diurno, de segunda a sábado) e frequências.

6.8.6.1.3.4 Memorial descritivo apresentando sequencialmente os trechos de vias percorridas pelos itinerários de cada viagem, a partir do início dos trabalhos no setor, incluindo a programação semanal (período diurno, de segunda a sábado), bem como as coordenadas geográficas (Lat. Lon.) de início e fim da viagem, e ao final apresentação de quadro resumo com indicação das extensões percorridas (percurso produtivo dentro do setor - coletando) e (percurso improdutivo, fora do setor - deslocamento) e a extensão média (produtiva + improdutiva) percorrida por viagem do veículo coletor.

6.8.6.1.4 *Varrição manual de logradouros, áreas e vias públicas:*

6.8.6.1.4.1 Descrição da metodologia de execução proposta para a realização dos serviços.

6.8.6.1.4.2 Dimensionamento e especificação dos equipamentos e da mão de obra apresentando memorial de cálculo.

6.8.6.1.4.3 Mapas do plano de varrição manual contendo:

6.8.6.1.4.3.1 Mapa em escala reduzida da divisão espacial das frequências de varrição manual.

6.8.6.1.4.3.2 Mapas individualizados de cada setor em escala de 1:7.500, contendo a representação gráfica dos itinerários de cada equipe/varredor, com orientação de início e fim, bem como suas respectivas coordenadas geográficas (Lat. Lon.), indicando através de cores e suas respectivas legendas os setores, programação semanal, períodos, frequências, e dias da semana.

6.8.6.1.4.4 Memorial descritivo apresentando sequencialmente os trechos de vias percorridas pelos itinerários de cada equipe/varredor, a partir do início dos trabalhos no setor, incluindo a programação semanal, períodos, frequências, e dias da semana, bem como as coordenadas geográficas (Lat. Lon.) de início e fim do itinerário, e a extensão percorrida por setor, e ao final apresentação de quadro resumo com indicação das extensões varridas por frequência ao dia e mensalmente.

6.8.6.1.5 *Equipe de serviços congêneres de limpeza urbana e manutenção de logradouros públicos do município:*

6.8.6.1.5.1 Descrição da metodologia de execução proposta para a realização dos serviços.



6.8.6.1.5.2 Dimensionamento e especificação dos equipamentos e da mão de obra apresentando memorial de cálculo.

6.8.6.1.5.3 Mapas do plano de trabalho dos serviços congêneres a serem executados, com veículos dotados de GPS, contendo:

6.8.6.1.5.3.1 Mapa em escala reduzida da divisão espacial das frequências dos serviços congêneres a serem executados.

6.8.6.1.5.3.2 Mapas individualizados de cada setor em escala de 1:7.500, contendo a representação gráfica dos itinerários de cada equipe, com orientação de início e fim, bem como suas respectivas coordenadas geográficas (Lat. Lon.), indicando através de cores e suas respectivas legendas os setores, programação semanal (período diurno, de segunda a sábado) e frequências.

6.8.6.1.5.4 Memorial descritivo apresentando sequencialmente os trechos de vias percorridas pelos itinerários de cada equipe e cada viagem, a partir do início dos trabalhos no setor, incluindo a programação semanal (período diurno, de segunda a sábado) e frequências, bem como as coordenadas geográficas (Lat. Lon.) de início e fim do itinerário/viagem, e ao final apresentação de quadro resumo com indicação das extensões percorridas (percurso produtivo dentro do setor - coletando) e (percurso improdutivo, fora do setor - deslocamento) e a extensão média (produtiva + improdutivo) percorrida por viagem do veículo coletor.

6.8.6.1.6 Equipe de serviços congêneres para limpeza das áreas externas de colégios públicos:

6.8.6.1.6.1 Descrição da metodologia de execução proposta para a realização dos serviços.

6.8.6.1.6.2 Dimensionamento e especificação dos equipamentos e da mão de obra apresentando memorial de cálculo.

6.8.6.1.6.3 Mapas do plano de trabalho dos serviços congêneres a serem executados, com veículos dotados de GPS, contendo:

6.8.6.1.6.3.1 Mapa em escala reduzida da divisão espacial das frequências dos serviços congêneres a serem executados.

6.8.6.1.6.3.2 Mapas individualizados de cada setor em escala de 1:7.500, contendo a representação gráfica dos itinerários de cada equipe, com orientação de início e fim, bem como suas respectivas coordenadas geográficas (Lat. Lon.), indicando através de cores e suas respectivas legendas os setores, programação semanal (período diurno, de segunda a sábado) e frequências.

6.8.6.1.6.4 Memorial descritivo apresentando sequencialmente os trechos de vias percorridas pelos itinerários de cada equipe e cada viagem, a partir do início dos trabalhos no setor, incluindo a programação semanal (período diurno, de segunda a sábado) e frequências, bem como as coordenadas geográficas (Lat. Lon.) de início e fim do itinerário/viagem, e ao final apresentação de quadro resumo com indicação das extensões percorridas (percurso produtivo dentro do setor - coletando) e (percurso improdutivo, fora do setor - deslocamento) e a extensão média (produtiva + improdutivo) percorrida por viagem do veículo coletor.



6.8.6.1.7 *Coleta de resíduos volumosos manual (cata tudo):*

6.8.6.1.7.1 Descrição da metodologia de execução proposta para a realização dos serviços.

6.8.6.1.7.2 Dimensionamento e especificação dos equipamentos e da mão-de-obra apresentando memorial de cálculo.

6.8.6.1.7.3 Mapas do plano de coleta de resíduos volumosos de forma manual e o seu respectivo transporte com veículo dotado de GPS, consistindo na retirada de objetos inservíveis, tais como restos de móveis, colchões e outros materiais de grande porte, não acondicionados em sacos plásticos, apresentados pelos domicílios e/ou encontrados nas vias públicas e demais logradouros do município.

6.8.6.1.7.3.1 Mapa em escala reduzida da divisão espacial dos setores de coleta.

6.8.6.1.7.3.2 Mapas individualizados de cada setor em escala de 1:10.000, contendo a representação gráfica dos itinerários de cada viagem dos veículos coletores compactadores, com orientação de início e fim, bem como suas respectivas coordenadas geográficas (Lat. Lon.), indicando através de cores e suas respectivas legendas os setores de coleta, programação semanal (período diurno, de segunda a sábado) e frequências.

6.8.6.1.7.4 Memorial descritivo apresentando sequencialmente os trechos de vias percorridas pelos itinerários de cada viagem, a partir do início dos trabalhos no setor, incluindo a programação semanal (período diurno, de segunda a sábado), bem como as coordenadas geográficas (Lat. Lon.) de início e fim da viagem, e ao final apresentação de quadro resumo com indicação das extensões percorridas (percurso produtivo dentro do setor - coletando) e (percurso improdutivo, fora do setor - deslocamento) e a extensão média (produtiva + improdutiva) percorrida por viagem do veículo coletor.

6.8.6.1.8 *Roçagem de áreas verdes, com a utilização de roçadeiras laterais:*

6.8.6.1.8.1 Descrição da metodologia de execução proposta para a realização dos serviços.

6.8.6.1.8.2 Dimensionamento e especificação dos equipamentos e da mão de obra apresentando memorial de cálculo.

6.8.6.1.8.3 Mapas do plano de trabalho dos serviços de roçagem mecanizada de áreas verdes a serem executados, consistindo no rebaixamento da vegetação rasteira presente em canteiros centrais de avenidas, rótulas, taludes, canteiros de passeios públicos e demais áreas similares, por meio da utilização de roçadeiras mecanizadas lateral do tipo costal, com transportes tanto da equipe e dos equipamentos, quanto dos resíduos gerados em veículos dotados de GPS, contendo:

6.8.6.1.8.3.1 Mapa em escala reduzida da divisão espacial das frequências dos serviços a serem executados.

6.8.6.1.8.3.2 Mapas individualizados de cada setor em escala de 1:7.500, contendo a representação gráfica dos itinerários de cada equipe, com orientação de início e fim, bem como suas respectivas coordenadas geográficas (Lat. Lon.),



indicando através de cores e suas respectivas legendas os setores, programação semanal (período diurno, de segunda a sábado) e frequências.

6.8.6.1.8.4 Memorial descritivo apresentando sequencialmente os trechos de vias percorridas pelos itinerários de cada equipe e cada viagem, a partir do início dos trabalhos no setor, incluindo a programação semanal (período diurno, de segunda a sábado) e frequências, bem como as coordenadas geográficas (Lat. Lon.) de início e fim do itinerário/viagem, e ao final apresentação de quadro resumo com indicação das extensões percorridas (percurso produtivo dentro do setor - coletando) e (percurso improdutivo, fora do setor - deslocamento) e a extensão média (produtiva + improdutivo) percorrida por viagem do veículo coletor.

6.8.6.1.9 Equipe de Poda de árvores de vários tamanhos:

6.8.6.1.9.1 Descrição da metodologia de execução proposta para a realização dos serviços.

6.8.6.1.9.2 Dimensionamento e especificação dos equipamentos e da mão de obra apresentando memorial de cálculo.

6.8.6.1.9.3 Mapas do plano de trabalho dos serviços de poda, erradicação de árvores e plantio de mudas, com transportes tanto da equipe e dos equipamentos, quanto dos resíduos gerados em veículos dotados de GPS, contendo:

6.8.6.1.9.3.1 Mapa em escala reduzida da divisão espacial das frequências dos serviços a serem executados.

6.8.6.1.9.3.2 Mapas individualizados de cada setor em escala de 1:7.500, contendo a representação gráfica dos itinerários de cada equipe, com orientação de início e fim, bem como suas respectivas coordenadas geográficas (Lat. Lon.), indicando através de cores e suas respectivas legendas os setores, programação semanal (período diurno, de segunda a sábado) e frequências.

6.8.6.1.9.4 Memorial descritivo apresentando sequencialmente os trechos de vias percorridas pelos itinerários de cada equipe e cada viagem, a partir do início dos trabalhos no setor, incluindo a programação semanal (período diurno, de segunda a sábado) e frequências, bem como as coordenadas geográficas (Lat. Lon.) de início e fim do itinerário/viagem, e ao final apresentação de quadro resumo com indicação das extensões percorridas (percurso produtivo dentro do setor - coletando) e (percurso improdutivo, fora do setor - deslocamento) e a extensão média (produtiva + improdutivo) percorrida por viagem do veículo coletor.

6.8.6.1.10 Locação de máquinas para trabalharem na disposição final dos resíduos sólidos urbanos do município

6.8.6.1.10.1 Descrição da metodologia de execução proposta para a realização dos serviços.

6.8.6.1.10.2 Dimensionamento e especificação dos equipamentos e da mão-de-obra apresentando memorial de cálculo.

6.8.6.1.10.3 Memorial descritivo apresentando os serviços a serem executados quanto a disposição final dos RSU, a partir do início dos trabalhos no setor, incluindo a programação semanal (período diurno e noturno, frequências, e dias da



semana), bem como as coordenadas geográficas (Lat. Lon.) de início e fim da viagem, e ao final apresentação de quadro resumo com indicação das extensões e volumes.

6.8.6.1.11 Equipe de coleta e remoção de poda de árvores descartadas aleatoriamente pela população

6.8.6.1.11.1 Descrição da metodologia de execução proposta para a realização dos serviços.

6.8.6.1.11.2 Dimensionamento e especificação dos equipamentos e da mão de obra apresentando memorial de cálculo.

6.8.6.1.11.3 Mapas do plano de trabalho dos serviços de coleta e remoção de poda de árvores descartadas aleatoriamente pela população, com transportes tanto da equipe e dos equipamentos, quanto dos resíduos coletados em veículos dotados de GPS, contendo:

6.8.6.1.11.3.1 Mapa em escala reduzida da divisão espacial das frequências dos serviços a serem executados.

6.8.6.1.11.3.2 Mapas individualizados de cada setor em escala de 1:7.500, contendo a representação gráfica dos itinerários de cada equipe, com orientação de início e fim, bem como suas respectivas coordenadas geográficas (Lat. Lon.), indicando através de cores e suas respectivas legendas os setores, programação semanal (período diurno, de segunda a sábado) e frequências.

6.8.6.1.11.4 Memorial descritivo apresentando sequencialmente os trechos de vias percorridas pelos itinerários de cada equipe e cada viagem, a partir do início dos trabalhos no setor, incluindo a programação semanal (período diurno, de segunda a sábado) e frequências, bem como as coordenadas geográficas (Lat. Lon.) de início e fim do itinerário/viagem, e ao final apresentação de quadro resumo com indicação das extensões percorridas (percurso produtivo dentro do setor - coletando) e (percurso improdutivo, fora do setor - deslocamento) e a extensão média (produtiva + improdutivo) percorrida por viagem do veículo coletor.

6.8.6.2 A Metodologia também deverá observar cada um dos itens a seguir, bem como ser elaborada e dimensionada com base nas quantidades referenciais apresentadas na Planilha Orçamentária de referência, contemplando no mínimo as descrições do item 6.7.6.1 e seus subitens:

6.8.6.2.1 Dimensionamento de Equipes (DEMO):

6.8.6.2.1.1 Apresentação de quadro de pessoal detalhado por função (motoristas, coletores, varredores, operadores, supervisores);

6.8.6.2.1.2 Demonstração da produtividade esperada (ex: razão de homens/km para varrição e toneladas/homem/hora para coleta);

6.8.6.2.1.3 Plano de substituição imediata em caso de faltas, férias ou afastamentos, garantindo que o efetivo mínimo nunca seja reduzido.

6.8.6.2.2 Roteirização Logística:

6.8.6.2.2.1 Apresentação de mapas digitais com a setorização da coleta (setores diurnos e noturnos);



6.8.6.2.2.2 Definição de horários de início e término de cada rota, com cálculo de tempo de deslocamento até o ponto de transbordo/destinação;

6.8.6.2.2.3 Justificativa técnica para a quantidade de veículos alocados em cada setor.

6.8.6.2.3 Plano de Contingência:

6.8.6.2.3.1 Procedimentos operacionais para situações de crise: greves gerais, quebras simultâneas de frota – reserva técnica mínima de 15% (quinze por cento), alagamentos ou interdições de vias;

6.8.6.2.3.2 Estratégia de intensificação de serviços em períodos festivos (Carnaval, Festas Juninas, Final de Ano) onde a geração de resíduos aumenta significativamente.

6.8.6.2.4 Monitoramento Tecnológico (GPS/Telemetria):

6.8.6.2.4.1 Demonstração da plataforma de software a ser utilizada;

6.8.6.2.4.2 Garantia de acesso remoto em tempo real para a fiscalização, com geração de alertas para: excesso de velocidade, paradas não programadas e saída de rota;

6.8.6.2.4.3 Relatórios de telemetria para controle de consumo de combustível e comportamento de condução.

6.8.6.2.5 Segurança Ocupacional e Saúde:

6.8.6.2.5.1 Apresentação do **PGR** (Programa de Gerenciamento de Riscos) e **PCMSO** específicos para a realidade de Teixeira de Freitas;

6.8.6.2.5.2 Cronograma de treinamentos sobre a **NR-38**;

6.8.6.2.5.3 Especificação técnica detalhada de todos os EPIs (botas com biqueira, luvas de alta resistência, uniformes com sinalização refletiva de alta visibilidade).

6.8.7 DETALHAMENTO DA APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (PLANO DE TRABALHO)

6.8.7.1 Quanto a apresentação dos itens da Planilha Orçamentária de referência para análise e avaliação do Plano de Trabalho pela COMISSÃO TÉCNICA DE JULGAMENTO, DEVERÁ conter obrigatoriamente:

6.8.7.1.1 No mínimo **08 (oito)** serviços da planilha de análise do Plano de Trabalho; caso este item seja descumprido, o licitante será declarado **INAPTO**;

6.8.7.1.2 Obrigatoriamente, **05 (cinco)** serviços deverão ser apresentados no Plano de Trabalho, sejam eles: **item 01, item 02, item 04, item 05 e item 08**); caso este item seja descumprido, o licitante também será declarado **INAPTO**.

6.8.7.2 Todos os arquivos deverão ser entregues em duas vias:

6.8.7.2.1 1ª em 01 (uma) cópia eletrônica com todos os arquivos abertos, em modelos editáveis; e

6.8.7.2.2 2ª em 01 (uma) cópia eletrônica sendo todos os arquivos na extensão *.pdf, na sequência solicitada no edital.

6.8.7.2.3 Em caso de não apresentação de uma das vias, o licitante poderá ser declarado **INAPTO**, em função de descumprimento das regras deste instrumento.



6.8.7.3 Os arquivos de mapas e plantas a serem entregues deverão estar georreferenciados e apresentados em formato vetorial editável, como shapefile, GeoJSON ou similar.

6.8.7.4 No quadro a seguir é apresentado a tabela de detalhamento dos serviços que será utilizado para apresentação da Metodologia de Execução dos Serviços (Plano de Trabalho) das licitantes.

ITENS	SERVIÇOS	UNID.	QUANT. MENSAL	DESCRIÇÃO DO PLANO DE SERVIÇOS
01	<i>Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos – RSU, com utilização de caminhões compactadores com capacidade de 15 (quinze) m³</i>	T	4.405,00	Descrição conceitual do serviço, suas necessidades e benefícios para a população, acompanhado da descrição do modelo operacional adotado, com a descrição do dimensionamento da equipe operacional (mão de obra e equipamentos), demonstrando a sua compatibilidade com a quantidade unitária a ser operada, acompanhado dos cálculos de dimensionamento, detalhando os profissionais envolvidos e suas funções, e os equipamentos adotados. Distribuição espacial das equipes operacionais, em todo o município, nas vias onde serão realizados os serviços, demonstrando as frequências de realização, os turnos, as programações de realização, as áreas (setores) e a demonstração gráfica dos itinerários de coleta de forma detalhada, indicando o início e fim do mesmo, e, através de setas, a sequência das vias atendidas, indicando também os trechos onde ocorrerá a coleta manual em áreas não acessíveis aos veículos coletores, bem como os trechos produtivos e improdutivos; tais detalhamentos deverão vir acompanhados dos detalhamentos dos memoriais descritivos dos itinerários adotados, indicando as extensões por trechos, sendo estes compatíveis com os memoriais gráficos apresentados.
02	<i>Coleta de materiais recicláveis</i>	EQUIPE/DIA	26,00	Descrição conceitual do serviço, suas necessidades e benefícios para a população, acompanhado da descrição do modelo operacional adotado, com a descrição do dimensionamento da equipe operacional (mão de obra e equipamentos), detalhando os profissionais envolvidos e suas funções, e os equipamentos adotados. Distribuição espacial da equipe operacional, na sede municipal, nas vias onde serão realizados os serviços, demonstrando as frequências de realização, os turnos, as programações de realização, as áreas (setores) e a demonstração gráfica dos itinerários de coleta de forma detalhada, tais detalhamentos deverão vir acompanhados dos detalhamentos dos memoriais descritivos dos itinerários adotados.
03	<i>Coleta e transporte de resíduos inertes (resíduos da construção civil - RCC), através de comboio de equipamentos compostos por caminhões basculantes trucados e</i>	T	4.005,00	Descrição conceitual do serviço, suas necessidades e benefícios para a população, acompanhado da descrição do modelo operacional adotado, com a descrição do dimensionamento da equipe operacional (mão de obra e equipamentos), demonstrando a sua compatibilidade com a quantidade unitária a ser operada, acompanhado dos cálculos de dimensionamento, detalhando os profissionais envolvidos e suas funções, e os equipamentos adotados. Distribuição espacial das



	<i>retroescavadeira hidráulica</i>			equipes operacionais, na sede municipal, nas áreas onde serão realizados os serviços, demonstrando as frequências de realização, os turnos, as programações de realização, os detalhamentos deverão vir acompanhados dos memoriais descritivos dos setores adotados, indicando os bairros e vias atendidas, sendo estes compatíveis com os memoriais gráficos apresentados.
04	<i>Varrição manual de logradouros, áreas e vias públicas</i>	KM DE SARJETA	5.663,00	Descrição conceitual do serviço, suas necessidades e benefícios para a população, acompanhado da descrição do modelo operacional adotado, com a descrição do dimensionamento da equipe operacional (mão de obra e equipamentos), demonstrando a sua compatibilidade com a quantidade a ser operada, acompanhado dos cálculos de dimensionamento, detalhando os profissionais envolvidos e suas funções, e os equipamentos adotados. Distribuição espacial das equipes operacionais, no município, nas áreas (setores) e vias onde serão realizados os serviços, demonstrando as frequências de realização, os turnos, as programações de realização e a demonstração gráfica dos itinerários de varrição de forma detalhada, sendo que estes deverão ser compatíveis com os memoriais descritivos dos itinerários adotados, indicando as extensões individualizadas, sendo estes compatíveis com os memoriais gráficos apresentados. No memorial descritivo deverá ser apresentada planilha detalhada por trecho/itinerário de varrição, indicando os nomes das vias, as intenções dos trechos, os horários de realização, as frequências adotadas, de forma compatibilizada com as indicações do Projeto Básico, Termo de Referência e seus anexos.
05	<i>Equipe de serviços congêneres de limpeza urbana e manutenção de logradouros públicos do município</i>	EQUIPE/DIA	78,00	Descrição conceitual do serviço, suas necessidades e benefícios para a população, acompanhado da descrição do modelo operacional adotado, com a descrição do dimensionamento da equipe operacional (mão de obra e equipamentos), demonstrando a sua compatibilidade com a quantidade a ser operada, acompanhado dos cálculos de dimensionamento, detalhando os profissionais envolvidos e suas funções, e os equipamentos adotados. Distribuição espacial das equipes operacionais, no município, nas áreas (setores) e vias onde serão realizados os serviços, demonstrando as frequências de realização, os turnos, as programações de realização e a demonstração gráfica dos setores, sendo que estes deverão ser compatíveis com os memoriais descritivos apresentados. No memorial descritivo deverá ser apresentada planilha detalhada por setor, indicando os bairros e os nomes das vias, as intenções dos trechos, os horários de realização, as frequências adotadas, de forma compatibilizada com as indicações do Projeto Básico, Termo de Referência e seus anexos.
06	<i>Equipe de serviços congêneres para limpeza das áreas externas de colégios públicos</i>	EQUIPE/DIA	26,00	Descrição conceitual do serviço, suas necessidades e benefícios para a população, acompanhado da descrição do modelo operacional adotado, com a descrição do dimensionamento da equipe operacional (mão de obra e equipamentos), demonstrando a sua compatibilidade com a quantidade a ser operada, acompanhado dos



				cálculos de dimensionamento, detalhando os profissionais envolvidos e suas funções, e os equipamentos adotados. Distribuição espacial das equipes operacionais, na sede municipal, nas áreas (colégios municipais) e nos entornos onde serão realizados os serviços, demonstrando as frequências de realização, os turnos, as programações de realização e a demonstração gráfica dos setores, sendo que estes deverão ser compatíveis com os memoriais descritivos apresentados. No memorial descritivo deverá ser apresentada planilha detalhada por setor, indicando os bairros e os nomes das vias, as intenções dos trechos, os horários de realização, as frequências adotadas, de forma compatibilizada com as indicações do Projeto Básico, Termo de Referência e seus anexos.
07	<i>Coleta de resíduos volumosos manual (cata tudo)</i>	EQUIPE/MÊS	1,00	Descrição conceitual do serviço, suas necessidades e benefícios para a população, acompanhado da descrição do modelo operacional adotado, com a descrição do dimensionamento da equipe operacional (mão de obra e equipamentos), detalhando os profissionais envolvidos e suas funções, e os equipamentos adotados. Distribuição espacial da equipe operacional, na sede municipal, nas vias onde serão realizados os serviços, demonstrando as frequências de realização, os turnos, as programações de realização, as áreas (setores) e a demonstração gráfica dos itinerários de coleta de forma detalhada, tais detalhamentos deverão vir acompanhados dos detalhamentos dos memoriais descritivos dos itinerários adotados.
08	<i>Roçagem de áreas verdes, com a utilização de roçadeiras laterais</i>	M²	167.700,00	Descrição conceitual do serviço, suas necessidades e benefícios para a população, acompanhado da descrição do modelo operacional adotado, com a descrição do dimensionamento da equipe operacional (mão de obra e equipamentos), detalhando os profissionais envolvidos e suas funções, e os equipamentos adotados. Distribuição espacial da equipe operacional, no município, em áreas onde serão realizados os serviços, demonstrando as frequências de realização, os turnos, as programações de realização, as áreas (setores) e os bairros e as vias que serão atendidas.
09	<i>Equipe de Poda de árvores de vários tamanhos</i>	UNID.	52,00	Descrição conceitual do serviço, suas necessidades e benefícios para a população, acompanhado da descrição do modelo operacional adotado, com a descrição do dimensionamento da equipe operacional (mão de obra e equipamentos), detalhando os profissionais envolvidos e suas funções, e os equipamentos adotados. Distribuição espacial da equipe operacional, nas áreas onde serão realizados os serviços, demonstrando as frequências de realização, os turnos, as programações de realização, as áreas (setores) onde, tais detalhamentos deverão vir acompanhados dos detalhamentos dos memoriais descritivos dos itinerários adotados.
10	<i>Locação de máquinas para trabalharem na disposição final dos</i>	T	4.405,00	Descrição conceitual do serviço, suas necessidades e benefícios para a população, acompanhado da descrição do modelo operacional adotado, com a descrição do dimensionamento da equipe operacional (mão de obra e



	<i>resíduos sólidos urbanos do município</i>			equipamentos), detalhando os profissionais envolvidos e suas funções, e os equipamentos adotados.
11	<i>Equipe de coleta e remoção de poda de árvores descartadas aleatoriamente pela população</i>	EQUIPE/DIA	52,00	Descrição conceitual do serviço, suas necessidades e benefícios para a população, acompanhado da descrição do modelo operacional adotado, com a descrição do dimensionamento da equipe operacional (mão de obra e equipamentos), detalhando os profissionais envolvidos e suas funções, e os equipamentos adotados. Distribuição espacial da equipe operacional, no município, nas vias onde serão realizados os serviços, demonstrando as frequências de realização, os turnos, as programações de realização e as áreas (setores).

6.8.7.5 Na elaboração do Plano de Trabalho a licitante poderá fazer uso de imagens, ilustrações, esquemas, mapas, dentre outros que favoreçam o entendimento acerca dos conteúdos apresentados.

6.8.7.6 Os planos de trabalho deverão ser preenchidos em papel timbrado da licitante constando a assinatura do representante da mesma.

6.8.8 AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (PLANO DE TRABALHO)

6.8.8.1 A Metodologia de Execução dos Serviços (Plano de Trabalho) será analisada pela COMISSÃO TÉCNICA DE JULGAMENTO designada para processar e julgar a Licitação, que atribuirá a Avaliação Técnica para cada item e subitem apresentado pela LICITANTE.

6.8.8.2 Os critérios de avaliação dos itens e subitens tem o objetivo de aferir o conhecimento da LICITANTE sobre o objeto licitado, e avaliar se a Metodologia de Execução dos Serviços (Plano de Trabalho) apresentada tem condições de atender tecnicamente o que está solicitado e especificado neste Termo de Referência.

6.8.8.3 Os requisitos da Metodologia de Execução dos Serviços (Plano de Trabalho) serão avaliados pela COMISSÃO TÉCNICA DE JULGAMENTO, segundo a clareza, objetividade, coerência e a consistência dos conteúdos e propostas apresentadas, para as quais serão atribuídas as notas (NAC), conforme os seguintes critérios:

6.8.8.3.1 Conhecimento Técnico da empresa Licitante, através da sua equipe de profissionais de diversas áreas das Engenharias, as quais sejam, Segurança, Sanitária e/ou Ambiental, Agrônoma, e das áreas Administrativa e Financeira, dentre outras;

6.8.8.3.2 Análise dos modelos de operação adotados pelas licitantes, considerando:

6.8.8.3.2.1 Eficiência;

6.8.8.3.2.2 Logística;

6.8.8.3.2.3 Coerência com as especificidades do município e sua área de abrangência.

6.8.8.3.3 Compatibilidade no dimensionamento das equipes de operação (quadro de profissionais e de equipamentos) e os modelos operacionais adotados;

6.8.8.3.4 Regularidade dos serviços e a previsão da qualidade de atendimento.



6.8.8.4 A licitante poderá ser julgada APTA ou INAPTA, em função do seu Plano de Trabalho apresentado, sendo que a licitante será avaliada de acordo com os seguintes critérios:

6.8.8.4.1 Plano de Trabalho INACEITÁVEL: que não demonstre ser um projeto coerente e compatível com o termo de referência, ou seja, não apresenta itens necessários de contemplação como a conceituação, metodologia, dimensionamentos, dentre outras características técnicas ou que não atenda as solicitações mínimas a serem apresentadas. Tal análise será realizada para cada um dos itens detalhados no plano, bem como para o plano completo de uma forma geral.

6.8.8.4.1.1 Julgamento: INAPTO – desqualificado a seguir no processo licitatório.

6.8.8.4.2 Plano de Trabalho ACEITÁVEL: que demonstre ser um projeto coerente e compatível com o termo de referência, ou seja, apresenta itens necessários de contemplação como a conceituação, metodologia, dimensionamentos, dentre outras características técnicas ou que atenda as solicitações mínimas a serem apresentadas. Tal análise será realizada para cada um dos itens detalhados no plano, bem como para o plano completo de uma forma geral.

6.8.8.4.2.1 Julgamento: APTO – qualificado a seguir no processo licitatório.

6.8.8.5 A COMISSÃO TÉCNICA DE JULGAMENTO da administração explicitará tecnicamente os motivos das aceitações ou não dos Planos de Trabalho apresentados, através de relatório técnico.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 Escopo dos serviços

7.1.1 O escopo dos serviços abrange a execução dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos urbanos, bem como a execução de todos os serviços necessários inerentes ao objeto, tais como:

a) Todos os serviços a serem desenvolvidos deverão atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), ABNT NBR 10004-1:2024, ABNT NBR 10004-2:2024, ABNT NBR 12980:1993, ABNT NBR 13463:1995, ABNT NBR 13896:1997, ABNT NBR 14599:2024 e demais normas pertinentes.

b) Além das normas técnicas da ABNT, os serviços deverão ser executados de acordo com os elementos técnicos fornecidos, normas específicas, legislação em vigor, especificações e considerações especiais.

I. Projeto Básico;

II. Normas e cadernos de encargos operacionais da CONTRATANTE;

III. Ordem de serviço e seus anexos.

c) Os serviços a serem desenvolvidos também deverão atender às Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), NR-06, NR-07, NR-09, NR-15, NR-17, NR-24, NR-38 e demais normas pertinentes.

d) Na ausência de normas brasileiras deverão ser usadas as normas internacionais cabíveis.



- e) O instrumento de Ordem de Serviço estabelecerá expressamente a relação e prazos para execução dos serviços autorizados, juntamente com os respectivos projetos executivos, se for o caso.
- f) Todos os trabalhos serão gerenciados e coordenados pela equipe de gerenciamento da CONTRATADA, assessorando-se tecnicamente com os técnicos da CONTRATANTE.
- g) Os serviços serão ordenados em função das demandas de serviços específicos desta licitação em atendimento às programações do planejamento operacional da CONTRATANTE.
- h) Os técnicos da CONTRATANTE, envolvidos com os trabalhos, deverão ter livre acesso aos trabalhos em qualquer fase de sua elaboração, sem prévio aviso.
- i) A equipe técnica para realização dos serviços de campo deverá contar com uma equipe de apoio no escritório central da CONTRATADA.

- I. Este apoio deverá dispor de técnicos com larga experiência em serviços similares para dar o suporte aos técnicos alocados no escritório de campo (local dos serviços).

7.1.2 Os materiais resultantes de restos dos serviços deverão ser descartados em local apropriado.

7.2 Condições de execução

7.2.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 7.2.1.1 Início da execução do objeto: 5 (cinco) dias da emissão da ordem de serviço;
- 7.2.1.2 Cronograma de realização dos serviços, conforme anexo do Estudo Técnico Preliminar.
- 7.2.1.3 Conclusão e entrega final do objeto em perfeito funcionamento.

7.3 Local e horário da prestação dos serviços

7.3.1 Os serviços serão prestados em todo o município, bem como os distritos pertencentes, conforme Plano de Trabalho apresentado pela futura contratada e aprovado pela Administração Pública.

7.3.2 Os serviços serão prestados nos horários conforme Plano de Trabalho apresentado pela futura contratada e aprovado pela Administração Pública.

7.4 Materiais a serem disponibilizados

7.4.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

7.5 Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei Federal n.º 14.133/2021)

7.5.1 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei Federal n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).



7.6 Procedimentos de transição e finalização do contrato

7.6.1 Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

7.6.1.1 Prazo de transição:

- 7.6.1.1.1 Início: assinatura do contrato;
- 7.6.1.1.2 Duração: até 60 (sessenta) dias;
- 7.6.1.1.3 Operação assistida: até estabilização total dos serviços.

7.6.1.2 Etapas da transição:

7.6.1.2.1 Etapa 1 – Planejamento inicial – até 10 (dez) dias:

- 7.6.1.2.1.1 Reunião entre Administração e contratada;
- 7.6.1.2.1.2 Apresentação do Plano de Trabalho;
- 7.6.1.2.1.3 Definição de rotas e equipes.

7.6.1.2.2 Etapa 2 – Mobilização – 10 (dez) a 30 (trinta) dias:

- 7.6.1.2.2.1 Implantação da frota;
- 7.6.1.2.2.2 Contratação de pessoal;
- 7.6.1.2.2.3 Instalação de sistemas de rastreamento;
- 7.6.1.2.2.4 Estruturação dos pontos operacionais.

7.6.1.2.3 Etapa 3 – Operação assistida – 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias:

- 7.6.1.2.3.1 Execução supervisionada;
- 7.6.1.2.3.2 Ajustes operacionais;
- 7.6.1.2.3.3 Correção de falhas iniciais;
- 7.6.1.2.3.4 Acompanhamento intensivo da fiscalização.

7.6.1.3 Obrigações da contratada na transição:

- 7.6.1.3.1 Garantir continuidade integral dos serviços;
- 7.6.1.3.2 Não interromper rotas em hipótese alguma;
- 7.6.1.3.3 Disponibilizar frota mínima desde o início;
- 7.6.1.3.4 Apresentar plano operacional detalhado;
- 7.6.1.3.5 Garantir contratação integral da mão de obra DEMO;
- 7.6.1.3.6 Implantar sistema de controle e rastreamento.

7.6.1.4 Obrigações da Administração:

- 7.6.1.4.1 Fornecer informações operacionais do contrato anterior;
- 7.6.1.4.2 Indicar fiscais do contrato;
- 7.6.1.4.3 Apoiar logística inicial;
- 7.6.1.4.4 Validar rotas e cronogramas.

7.6.1.5 Critérios de sucesso da transição:

- 7.6.1.5.1 100% (cem por cento) das rotas operacionais executadas;
- 7.6.1.5.2 Regularidade da coleta domiciliar;
- 7.6.1.5.3 Funcionamento contínuo da varrição;
- 7.6.1.5.4 Operação do aterro sem interrupções;
- 7.6.1.5.5 Atendimento aos indicadores mínimos de desempenho.

7.6.1.6 O plano de transição assegura a continuidade dos serviços públicos essenciais, reduz riscos de descontinuidade operacional e permite implantação progressiva e



controlada do novo modelo contratual, compatível com a complexidade dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Providenciar para que os serviços tenham instalações necessárias e suficientes a uma boa execução dos mesmos.

8.2 Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, especificações, projetos e instruções da fiscalização da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

8.3 Manter vigilância permanente no canteiro de serviços.

8.4 Assegurar até o recebimento definitivo dos serviços pelo CONTRATANTE a proteção e conservação de tudo que já tiver sido executado.

8.5 Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços sob sua responsabilidade, apontados ou não pela fiscalização do CONTRATANTE.

8.6 Permitir e facilitar à fiscalização do CONTRATANTE, a inspeção dos serviços no horário normal de trabalho, prestando todas as informações solicitadas pela mesma.

8.7 Providenciar a colocação de placas nos serviços, quando for o caso, conforme modelos fornecidos pelo CONTRATANTE, em local indicado pela fiscalização.

8.8 Informar à fiscalização do CONTRATANTE a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas para corrigir a situação.

8.9 Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade, resistência e estabilidade dos serviços que executar, respondendo, inclusive, pela exatidão dos estudos, cálculos e projetos que a informam, sejam eles elaborados ou não pelo CONTRATANTE.

8.10 Ser responsável civil pela execução dos serviços e ter, como responsável(is) técnico(s), o(s) detentor(es) do(s) atestado(s) referido(s) no item “12.4.4” deste termo de referência.

8.11 Só será aceita a substituição do(s) responsável(is) técnico(s) por outro(s) responsável(is) técnico(s) que preencha(m) todos os requisitos exigidos no item “12.4.4” deste termo de referência.

8.12 Estabelecer normas de segurança e tomar as providências que visem à total segurança dos operários e de terceiros no perímetro de execução dos serviços.

8.13 A responsabilidade da CONTRATADA é integral para os serviços contratados, nos termos do Código Civil Brasileiro.

8.14 A CONTRATADA deverá desenvolver os projetos executivos, independentemente de sua necessidade para execução, com nível de detalhamento que possibilite, por solicitação e a critério da PREFEITURA, a disponibilização de relação das atividades nos moldes de uma orçamentação sintética, a partir da base de dados de tabela oficial (por ex: SINAPI, SICRO, ORSE, etc) a ser definida posteriormente.

8.15 Será exigido, rigorosamente, no desenvolvimento dos serviços, o atendimento às normas da ABNT, aprovadas ou recomendadas, assim como às normas da DIVISA/VISA e do Corpo



de Bombeiros, às exigências do Plano Diretor do município, das normas e legislações ambientais e, de modo geral, das leis municipais, estaduais e federais pertinentes ao tema.

8.16 As aprovações na Prefeitura, Corpo de Bombeiros, órgãos de Meio Ambiente, necessários para execução dos serviços e uso dos equipamentos públicos, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

8.17 A CONTRATADA deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente, independentemente do detalhamento e/ou da especificação do projeto.

8.18 A CONTRATADA responderá pelos crimes ambientais que praticar nos termos da legislação vigente.

8.19 Os materiais resultantes de restos dos serviços deverão ser descartados em local apropriado.

8.20 Compete à CONTRATADA cumprir integralmente as condicionantes e exigências constantes das licenças ambientais eventualmente aplicáveis aos serviços, bem como as determinações dos órgãos ambientais competentes.

8.21 A CONTRATADA deverá promover o adequado gerenciamento dos resíduos gerados na execução dos serviços, observando as diretrizes estabelecidas pela Resolução CONAMA n.º 307/2002, incluindo a segregação, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil.

8.22 Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá adotar medidas de controle ambiental destinadas a evitar ou minimizar danos ao solo, aos recursos hídricos, à vegetação e ao entorno da execução dos serviços, bem como controlar emissões de poeira, ruídos e quaisquer outros impactos decorrentes das atividades executadas.

8.23 A CONTRATADA obriga-se a implementar, quando necessário, plano de gerenciamento ambiental da execução dos serviços, contemplando medidas mitigadoras e compensatórias.

8.24 CONTRATADA deverá promover a educação ambiental básica de seus trabalhadores, visando à correta execução das práticas sustentáveis no canteiro dos serviços.

8.25 A CONTRATADA deverá se comunicar imediatamente à CONTRATANTE e aos órgãos competentes qualquer incidente ambiental relevante ocorrido durante a execução dos serviços.

8.26 Caso ocorram danos ambientais decorrentes da execução contratual, a CONTRATADA será integralmente responsável pela adoção das medidas de recuperação, recomposição ou compensação ambiental cabíveis, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais previstas na legislação aplicável.

8.27 A CONTRATADA deverá se responsabilizar integralmente por eventuais multas, sanções e obrigações de reparação ambiental decorrentes de sua atuação.

8.28 A fiscalização contratual poderá exigir, a qualquer tempo, a comprovação das medidas de controle ambiental adotadas, bem como determinar providências corretivas necessárias à adequada execução ambiental do objeto.



8.29 Ser responsável pelo acompanhamento e controle tecnológico dos serviços, conforme previsto nas especificações técnicas particulares de execução dos serviços e normas técnicas brasileiras.

8.30 Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas, resultantes da contratação da execução dos serviços, bem como pelo registro do contrato dos serviços junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (CREA/BA) ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia (CAU/BA), sendo este quando exigido.

8.31 O pagamento de todas as taxas relativas às aprovações dos serviços e licenças serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

8.32 A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança e saúde no trabalho vigente, especialmente a Consolidação das Leis do Trabalho, normas do Ministério do Trabalho e demais dispositivos aplicáveis.

8.33 A CONTRATADA deverá assegurar a regular contratação de seus trabalhadores, promovendo o devido registro em carteira de trabalho ou instrumento legal equivalente, bem como o pagamento de salários, adicionais legais, férias, décimo terceiro salário e demais direitos previstos na legislação trabalhista e nas convenções ou acordos coletivos da categoria.

8.34 Manter, durante toda a execução contratual, registro formal de todos os empregados alocados na execução dos serviços, com contratos devidamente assinados e anotação em CTPS.

8.35 Constitui obrigação da CONTRATADA realizar, de forma tempestiva e regular, o recolhimento de todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre a mão de obra empregada na execução do contrato, incluindo, mas não se limitando, às contribuições ao INSS e aos depósitos do FGTS.

8.36 A CONTRATADA deverá observar e cumprir todas as normas de segurança e medicina do trabalho aplicáveis à atividade, em especial as Normas Regulamentadoras expedidas pelo órgão competente, garantindo a adoção de medidas de prevenção de acidentes, fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e treinamento adequado aos trabalhadores.

8.37 A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, exigir a apresentação de documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, tais como folhas de pagamento, comprovantes de recolhimento de encargos sociais, GFIP, e demais documentos pertinentes.

8.38 O inadimplemento das obrigações trabalhistas pela CONTRATADA poderá ensejar a adoção de medidas administrativas pela CONTRATANTE, incluindo retenção de pagamentos, aplicação de sanções contratuais e demais providências cabíveis, sem prejuízo das responsabilidades legais da CONTRATADA.

8.39 Os problemas verificados na execução dos serviços por inconformidades da própria execução (erro, não atendimento às normas, omissão, falta de compatibilização, etc.) serão de responsabilidade da CONTRATADA.

8.40 O responsável técnico da CONTRATADA deverá, quando solicitado pelo CONTRATANTE, emitir mensalmente documento de qualidade dos serviços executados, respondendo pela CONTRATANTE, durante o período estipulado pela legislação vigente.



- 8.41** O CONTRATANTE poderá aferir os testes e ensaios de controle tecnológico, utilizando-se das instalações e instrumentos da CONTRATADA.
- 8.42** Providenciar, junto aos órgãos competentes, por sua conta exclusiva, o pagamento de taxas e emolumentos, incumbindo-se de aprovação das licenças necessárias à sua execução.
- 8.43** Responsabilizar-se por todo o transporte dos materiais e equipamentos, quer para o local da execução dos serviços, quer para outro local.
- 8.44** Encaminhar ao CONTRATANTE, até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Serviço, uma cópia da Anotação da Responsabilidade Técnica (ART) da execução dos serviços no CREA-BA ou CAU-BA, sendo este quando exigido.
- 8.45** Programar, quando solicitado, visitas ao local da execução dos serviços em conjunto com a fiscalização do CONTRATANTE.
- 8.46** Manter a frente dos trabalhos um responsável técnico com total poder para representá-la junto à fiscalização do CONTRATANTE.
- 8.47** Retirar ou substituir, qualquer funcionário que não esteja atendendo a contento a fiscalização do CONTRATANTE, que lançará a devida justificativa no diário de execução dos serviços.
- 8.48** A presença da fiscalização da PREFEITURA não exclui e não reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos, nem deve implicar em corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- 8.49** A CONTRATADA é obrigada a inspecionar as áreas onde serão executados os serviços, não podendo, sob alegação alguma, argumentar desconhecimento dos locais.
- 8.50** É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a reconstituição de todos os danos e avarias internas da execução dos serviços, bem como em seu entorno causados em elementos construtivos existentes de urbanização, edificação e rede elétrica, abastecimento de água, coleta de esgotamento sanitário e drenagem dentre outros aqui não elencados.
- 8.51** Caberá à CONTRATADA, juntamente com a PREFEITURA, coordenar e programar os serviços a serem executados por outras empreiteiras ou concessionárias de serviços públicos, visando atender ao Estudo Ambiental Simplificado (EAS) e evitar danos e avarias internos e externos, sob pena da CONTRATADA ter que assumir a reconstituição dos mesmos.
- 8.52** Somente com a prévia autorização da PREFEITURA, por escrito, e sob a inteira responsabilidade da CONTRATADA, será admitida a subempreitada de serviços, com subempreiteiros especializados e legalmente registrados. Em hipótese alguma poderá subempreitar todo o serviço.
- 8.53** A CONTRATADA é responsável pela retirada do local da execução dos serviços dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação do fiscal da PREFEITURA, de todo e qualquer material impugnado pelo mesmo.
- 8.54** A guarda e vigilância dos materiais, assim como dos serviços executados e circulação dentro das áreas sob intervenção, são de total responsabilidade da CONTRATADA.
- 8.55** Todo e qualquer serviço mencionado em qualquer dos documentos que integram o contrato (projetos com detalhamento, memoriais e especificações, bem como normas) será obrigatoriamente executado sob a responsabilidade da CONTRATADA.



8.56 O serviço de içamento de todos os equipamentos da execução dos serviços, independente de carga, altura e distância, são de responsabilidade da CONTRATADA.

8.57 Durante 5 (cinco) anos após o Recebimento Definitivo dos serviços, a CONTRATADA responderá por sua solidez e segurança nos termos do artigo 1.245, do Código Civil Brasileiro, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento da PREFEITURA.

8.58 Preencher, diariamente, onde lhe for reservado, o Diário dos Serviços que o CONTRATANTE manterá permanentemente disponível no local de execução dos serviços, de acordo com as instruções ali contidas.

8.59 A presença da FISCALIZAÇÃO durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação em vigor.

8.60 A CONTRATADA deverá fornecer ao final da obra o Manual de Uso e Operação do Empreendimento, onde deverá constar o Termo de Garantia e Manuais dos equipamentos, As Built e Manual de conservação e manutenção de todo o empreendimento.

8.61 Apresentar ao final da obra o As built completo, em meio magnético e uma cópia plotada e assinada pela responsável técnico da CONTRATADA.

8.62 Acatar toda orientação advinda do CONTRATANTE com relação à execução dos serviços.

8.63 Abrir conta bancária específica, em qualquer agência, para fins de movimentação financeira advinda da execução do contrato.

8.64 A CONTRATADA deverá efetuar o registro deste Contrato no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (CREA/BA), correndo as despesas às suas expensas, ficando responsável por eventuais ônus que causar à CONTRATANTE, caso descumpra essa obrigação.

8.65 A CONTRATADA apresentará, dentro de até 10 (dez) dias úteis, após a data de recebimento da Ordem de Serviço, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA/BA ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CAU/BA, quitada, sendo o segundo quando exigido, em nome da empresa e do responsável técnico pelo Contrato nele indicado.

8.66 Manter Encarregado e Engenheiro Civil ou Arquiteto, sendo este quando exigido, no local onde será executado o serviço, para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao contingente alocado e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do serviço, para correção de situações adversas e para o atendimento das reclamações e solicitações da Fiscalização.

8.67 A CONTRATADA deverá fornecer todo o fardamento e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários, nas quantidades previstas, conforme normas regulamentadoras (NRs), em especial a NR-6, responsabilizando-se pela segurança de seus trabalhadores, além de todo e qualquer outro material para o bom desempenho dos serviços.



8.68 A CONTRATADA obriga-se a cumprir rigorosamente as normas de segurança e medicina do trabalho, incluindo a NR-18, implementando programas como PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos), quando aplicável.

8.69 Responsabilizar-se integralmente por quaisquer acidentes de trabalho ocorridos com seus empregados, bem como por indenizações decorrentes.

8.70 Para fins de liberação dos pagamentos referentes aos serviços executados, a CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização contratual, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relacionadas à execução do contrato.

8.71 A ausência ou irregularidade na apresentação dos documentos exigidos pela fiscalização poderá ensejar a retenção parcial ou total dos pagamentos devidos, até que seja devidamente comprovada a regularização das obrigações correspondentes.

8.72 Persistindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou previdenciárias, a CONTRATANTE poderá adotar as medidas administrativas cabíveis, inclusive aplicação de sanções contratuais, rescisão do contrato e comunicação aos órgãos competentes.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Fiscalizar a execução dos serviços, aferir, atestar, efetuar medição e pagamento dos serviços executados.

9.2 Fiscalizar a qualidade da mão-de-obra de tal forma que a PREFEITURA poderá exigir a substituição imediata de qualquer projetista ou profissional do canteiro de serviços, cujo serviço prestado seja classificado de categoria inferior à exigida por estas especificações.

9.3 Fiscalizar a qualidade dos serviços executados de tal forma que a PREFEITURA poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços efetuados em desacordo com o Contrato e/ou com as disposições constantes no edital e de seus anexos.

9.4 A ativação ou desativação do contrato dar-se-á mediante a emissão, pela Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas, do instrumento de Ordem de Serviço que estabelecerá expressamente a relação serviços autorizados e prazos para execução.

9.5 Farão parte da documentação de comprovação dos serviços realizados, juntamente com o Boletim de Medição, a Memória de cálculo individual por localidade ou Estacas dos quantitativos, o Relatório fotográfico do estado do local antes e depois da realização dos serviços e diário dos serviços.

9.6 A CONTRATANTE deverá designar formalmente gestor e fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento, controle e fiscalização da execução dos serviços, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021.

9.7 A CONTRATANTE deverá indicar o(s) representante(s) da administração para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como para atestar o recebimento dos serviços.

9.8 Rejeitar todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.



- 9.9** Comunicar todas ou quaisquer irregularidades ocorridas na execução do contrato e exigir as devidas providências que demandem a CONTRATADA.
- 9.10** Fornecer à CONTRATADA todos os elementos que se fizerem necessários à compreensão das especificações dos serviços, informações técnicas e dados complementares que se tornem necessários à boa realização dos serviços, colaborando no seu estudo e interpretação.
- 9.11** Garantir o acesso da CONTRATADA aos locais de execução dos serviços, desde que observadas as normas de segurança e os requisitos legais.
- 9.12** Esclarecer, em tempo hábil, dúvidas e questões técnicas suscitadas pela CONTRATADA.
- 9.13** Promover a compatibilização de projetos e dirimir eventuais conflitos técnicos identificados durante a execução.
- 9.14** Notificar, por escrito, à CONTRATADA qualquer alteração de horário, métodos de trabalho, distribuição e variação dos quantitativos dos serviços controlados, com antecedência de 24h (vinte e quatro horas).
- 9.15** Notificar à CONTRATADA, erros ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços, fixando-lhe prazo para corrigi-los ou substituí-los.
- 9.16** Notificar, por escrito, à CONTRATADA, da aplicação da eventual multa.
- 9.17** Conferir os serviços executados, confrontando-os com as faturas emitidas.
- 9.18** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA conforme medições devidamente atestadas pelo fiscal do contrato.
- 9.19** Observar os prazos contratuais e legais para pagamento, desde que cumpridas todas as condições exigidas.
- 9.20** Reter valores, quando previsto contratualmente ou exigido por lei, especialmente em situações de descumprimento de obrigações trabalhistas, fiscais ou ambientais.
- 9.21** A CONTRATANTE obriga-se a acompanhar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das obrigações contratuais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e técnicas pela CONTRATADA.
- 9.22** Exigir da CONTRATADA a comprovação periódica da regularidade trabalhista e previdenciária, inclusive mediante apresentação de documentos como GFIP, comprovantes de recolhimento de FGTS, INSS e CNDT.
- 9.23** Reter pagamentos, quando cabível, em caso de inadimplemento de obrigações trabalhistas, nos termos da legislação vigente.
- 9.24** Adotar medidas administrativas para mitigar riscos de responsabilização subsidiária, conforme entendimento consolidado na Súmula 331 do TST.
- 9.25** Não estabelecer qualquer vínculo de subordinação direta com os empregados da CONTRATADA, respeitando a autonomia da execução contratual.
- 9.26** Exigir o cumprimento, pela CONTRATADA, de toda a legislação ambiental aplicável, incluindo a Lei Federal n.º 6.938/1981.
- 9.27** Verificar a existência e validade das licenças ambientais necessárias à execução do objeto contratual.



9.28 Fiscalizar o cumprimento das condicionantes ambientais impostas pelos órgãos competentes.

9.29 Comunicar aos órgãos ambientais eventuais irregularidades graves identificadas durante a execução contratual.

9.30 Exigir o cumprimento das normas de segurança do trabalho, inclusive aquelas previstas nas Normas Regulamentadoras aplicáveis à construção civil.

9.31 Garantir que o contrato seja executado em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

9.32 Aplicar, quando cabível, as penalidades previstas em contrato e na legislação vigente, em caso de inadimplemento da CONTRATADA.

10. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

10.1 Gestão de Contrato

10.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.1.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.1.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.1.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.2 Preposto

10.2.1 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

10.2.2 A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período contratual.

10.2.3 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.



10.3 Fiscalização

10.3.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal n.º 14.133/2021, art. 117, caput).

10.3.2 A Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas nomeará servidores com especial mandato da função fiscalizadora, que representarão a CONTRATANTE diante da CONTRATADA no curso da implementação do presente contrato e terão poderes para verificar e exigir o seu fiel cumprimento, sendo que sua ausência ou eventual omissão não eximirá a CONTRATADA dos compromissos e obrigações assumidas perante o CONTRATANTE.

10.3.3 O CONTRATANTE, por meio da à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos ou por preposto nomeado através de Portaria, efetuará a fiscalização dos serviços e do controle dos materiais a qualquer instante e nos termos estabelecidos no termo de referência e memoriais e das cláusulas constantes do edital licitatório.

10.3.4 No desempenho de suas atividades é assegurado, ao órgão fiscalizador, o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições, inclusive solicitando à CONTRATADA, sempre que julgar conveniente, informações sobre o seu andamento.

10.3.5 A ação ou omissão, total ou parcial, do órgão fiscalizador não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade de executar a obra, com toda cautela e boa técnica.

10.3.6 Durante a execução dos serviços não serão admitidas paralisações por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou alternados, salvo motivo de força maior, aceito por ambas as partes, excluídas quaisquer indenizações.

10.3.7 A contratante poderá a seu critério, redimensionar o número de equipes a serem disponibilizadas nas diversas frentes de serviços.

10.3.8 A contratante poderá a seu critério dispensar as equipes disponibilizadas, caso não atendam aos pré requisitos técnicos desejados.

10.3.9 A contratante deverá a cada serviço executado, fornecer as especificações técnicas conforme as normas de execução dos serviços.

10.4 Fiscalização Técnica

10.4.1 O fiscal de contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal n.º 517/2023, art. 10, inciso VI).

10.4.2 O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei Federal n.º 14.133/2021, art. 117, §1º e Decreto Municipal n.º 517/2023, art. 10, inciso II).

- I. Ao anotar, em registro próprio, as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, o fiscal deverá determinar as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados.
- II. Expedir determinações e comunicações dirigidas à Contratada, apontando-lhe erros e as providências que deverão ser tomadas na execução dos serviços contratados.



10.4.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal de contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Municipal n.º 517/2023, art. 10, inciso III).

I. Rejeitar qualquer serviço que apresente má qualidade, ou não especificado, pela Contratante, estabelecendo prazo para substituição por escrito e sob protocolo;

II. Apontar falhas na execução do Contrato, exigindo da Contratada as devidas reparações.

10.4.4 Emitir parecer conclusivo para que as Faturas/NF possam ser liberadas e pagas.

10.4.5 Representar a Contratante em reuniões técnicas com a Contratada, ou terceiros diretamente ligados aos fornecimentos.

10.4.6 As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

10.4.7 O fiscal de contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal n.º 517/2023, art. 10, inciso IV).

10.4.8 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal de contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Municipal n.º 517/2023, art. 10, inciso V).

10.4.9 O fiscal de contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto Municipal n.º 517/2023, art. 10, inciso VII).

10.5 Gestor do Contrato

10.5.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal n.º 517/2023, art. 9, inciso IV).

10.5.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto Municipal n.º 517/2023, art. 9, inciso II).

10.5.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal n.º 517/2023, art. 9, inciso I).

10.5.4 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal n.º 517/2023, art. 9, inciso VI).



10.5.5 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10.6 Da hipótese de extinção contratual

10.6.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

10.6.1.1 não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

10.6.1.2 desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

10.6.1.3 alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

10.6.1.4 decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

10.6.1.5 caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

10.6.1.6 atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

10.6.1.7 atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

10.6.1.8 razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

10.6.1.9 não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

10.6.2 O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

10.6.2.1 supressão, por parte da Administração, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

10.6.2.2 suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

10.6.2.3 repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

10.6.2.4 atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de serviços ou fornecimentos;

10.6.2.5 não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações



atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

10.6.3 As hipóteses de extinção a que se referem os itens **10.6.2.2**, **10.6.2.3** e **10.6.2.4**, observarão as seguintes disposições:

10.6.3.1 não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

10.6.3.2 assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d”, do inciso II, do caput do art. 124, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

10.6.4 Os emitentes das garantias previstas no art. 96, da Lei Federal n.º 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.6.5 A extinção do contrato poderá ser:

10.6.5.1 determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

10.6.5.2 consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

10.6.5.3 determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

10.6.6 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

10.6.7 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

10.6.7.1 devolução da garantia;

10.6.7.2 pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

10.6.7.3 pagamento do custo da desmobilização.

10.6.8 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, as seguintes consequências:

10.6.8.1 assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

10.6.8.2 ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

10.6.8.3 execução da garantia contratual para:

10.6.8.3.1 ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

10.6.8.3.2 pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

10.6.8.3.3 pagamento das multas devidas à Administração Pública;



10.6.8.3.4 exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

10.6.8.4 retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

10.6.9 A aplicação das medidas previstas nos itens **10.6.8.1** e **10.6.8.2**, ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

10.6.10 Na hipótese do item **10.6.8.2**, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente, conforme o caso.

10.7 Da repactuação de preços e do reequilíbrio econômico-financeiro

10.7.1 O valor do presente contrato será fixo e sem repactuação até o final do período de 12 (doze) meses a partir da data da apresentação da(s) proposta(s).

10.7.2 Na hipótese de sobrevirem fatos retardadores da execução dos serviços, que façam prolongar o prazo além dos 12 (doze) meses, desde que comprovadamente não haja culpa da CONTRATADA, fica estipulado o índice de repactuação abaixo especificado para correção dos preços dos serviços remanescentes.

10.7.3 Na repactuação, a recomposição decorrerá da análise analítica da planilha de custos, conforme os artigos 6º, inciso LIX, 25, §8º, inciso II, e 92, §4º, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e de acordo com a fórmula apresentada a seguir:

$$VR = Vm_0 + \Delta_{MO} + \Delta_{INS} + \Delta_{EQ} + \Delta_{OV}$$

onde:

VR = Valor Repactuado.

Vm_0 = Valor mensal inicial do contrato a ser reajustado.

Δ_{MO} = Variação da mão de obra.

Δ_{INS} = Variação dos insumos.

Δ_{EQ} = Variação dos equipamentos.

Δ_{OV} = Outras variações comprovadas.

10.7.4 Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração dos serviços, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

10.7.4.1 Em caso de revisão contratual, o termo inicial do período de correção monetária ou reajuste, ou de nova revisão, será a data em que a anterior revisão tiver ocorrido.

10.7.4.2 Em caso de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a data de concessão do reequilíbrio será aquela do protocolo de apresentação do pedido pela CONTRATADA.

10.7.5 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.



10.7.6 Na hipótese de solicitação de revisão de preço, deverá a CONTRATADA demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha detalhada de custos e documentação correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc.), que comprovem que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente avençadas.

10.7.7 A eventual autorização da revisão de preços será concedida após análise técnica do CONTRATANTE, porém contemplará os quantitativos remanescentes a partir da data do protocolo do pedido no protocolo Geral do CONTRATANTE.

10.8 Das Sanções Administrativas

10.8.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- 10.8.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.8.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.8.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;
- 10.8.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão Permanente de Contratação durante o certame;
- 10.8.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.8.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.8.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.8.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 10.8.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.8.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.8.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.8.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5, da Lei Federal n.º 12.846/2013.

10.8.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 as seguintes sanções:

10.8.2.1 **advertência;**

10.8.2.2 **multa**, observados os seguintes percentuais:

- 10.8.2.2.1 multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, inclusive para as entregas que não atendam às determinações técnicas e diretrizes formuladas pela Fiscalização, sem justificativa, e que comprometam o andamento e a qualidade dos serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do contrato ou do instrumento equivalente;



10.8.2.2.1.1 A sanção ora estipulada é justificada, pois, necessária para o correto cumprimento e atendimento dos prazos estabelecidos em cronograma contratual, bem como para a manutenção da qualidade técnica dos serviços escopo do Contrato.

10.8.2.2.1.2 O atraso, para efeito de cálculo da multa moratória, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

10.8.2.2.1.3 As multas moratórias por atraso no cumprimento do cronograma físico-financeiro, após apuradas pelo Fiscal do Contrato, terão sua execução condicionada ao comprometimento do prazo de conclusão dos serviços contratados, de modo que a Contratada terá a oportunidade de sanear o atraso verificado sem prejuízos ao correto andamento dos serviços, hipótese na qual deverá ser observado o procedimento previsto nos subitens a seguir:

- I) o eventual descumprimento do cronograma será comunicado à Contratada juntamente com o respectivo valor da multa, para que se apresente um planejamento contendo a forma e o prazo de solução do atraso;
- II) a Contratante analisará a solução e prazo apresentados pela Contratada, emitindo parecer favorável ou não. Se não concordar, deverá apresentar nova sugestão para aprovação da Contratada;
- III) após o prazo fixado pela Contratada para a solução do atraso, a Contratante irá apurar se o atraso se mantém, quando, então, a multa apurada anteriormente será aplicada considerando todo o atraso havido nos serviços;
- IV) na hipótese de o atraso ter sido compensado, retomado o cronograma, a Contratada não será penalizada.

10.8.2.2.1.4 O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos poderá ser considerado como inexecução total do Contrato.

10.8.2.2.1.5 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsão no parágrafo único, do art. 162, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

10.8.2.2.1.6 A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas na legislação vigente, cumulando-se os respectivos valores.

10.8.2.2.2 multa compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor atualizado do contrato pelo descumprimento de preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

- 10.8.2.2.2.1 deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- 10.8.2.2.2.2 deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;
- 10.8.2.2.2.3 não devolver os valores pagos indevidamente pela Contratante;



10.8.2.2.2.4 deixar de manter todas as condições de habilitação, durante a execução do Contrato, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

10.8.2.2.2.5 deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;

10.8.2.2.2.6 manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do Contrato;

10.8.2.2.2.7 utilizar as dependências da Contratante para fins diversos do objeto do Contrato;

10.8.2.2.2.8 tolerar, no cumprimento do Contrato, ou instrumento equivalente, ou do Fornecimento, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

10.8.2.2.2.9 deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual – EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra, inclusive no que tange à entrega ou fornecimento de materiais;

10.8.2.2.2.10 deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;

10.8.2.2.2.11 deixar de repor funcionários faltosos;

10.8.2.2.2.12 deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

10.8.2.2.2.13 deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

10.8.2.2.2.14 deixar de efetuar o pagamento de salários, vales transportes, vales-refeições, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do Contrato ou instrumento equivalente nas datas avençadas;

10.8.2.2.2.15 deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e/ou previdenciária regularizada;

10.8.2.2.2.16 deixar de implantar as medidas de proteção coletivas adequadas e dentro dos padrões impostos pela Normas Regulamentadoras definidas pela Portaria n.º 3.214/1978 do Ministério do Trabalho;

10.8.2.2.2.17 não manter atualizado o e-mail para contato, sobretudo do Coordenador ou prepostos, nem informar à gestão e à Fiscalização do Contrato, no prazo de dois dias, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;

10.8.2.2.2.18 subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no edital ou contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem;



10.8.2.2.2.19 não atender, no prazo estipulado, às determinações técnicas e diretrizes formuladas pela Fiscalização do Contrato, sem justificativa, comprometendo o andamento e a qualidade dos serviços.

10.8.2.2.3 multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida pela entrega do objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

10.8.2.2.4 multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida se constatado o não atendimento a qualquer um dos itens constantes no Relatório de Verificação após 2 (duas) verificações, sem justificativa formal aceita pela Fiscalização do Contrato;

10.8.2.2.5 multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total atualizado previsto na Planilha Contratual para a Coordenação, ocorrendo erros ou omissões em suas atribuições descritas no Edital e no Contrato;

10.8.2.2.6 multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato quando a Contratada der causa a rescisão contratual ou em caso de inexecução total do Contrato, sem prejuízo da obrigação de ressarcir a Administração das perdas e danos decorrentes, nos termos do art. 927, da Lei Federal n.º 10.406/2002.

10.8.2.3 **impedimento de licitar e contratar;**

10.8.2.4 **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

10.8.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

10.8.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.8.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

10.8.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.8.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.8.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.8.4 A sanção prevista no item **10.8.2.1**, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item **10.8.1.1**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.8.5 A sanção prevista no item **10.8.2.2** e seus subitens, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155, da Lei Federal 14.133/2021.

10.8.6 A sanção prevista no item **10.8.2.3**, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput do art. 155, da Lei Federal n.º 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito desta Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8.7 A sanção prevista no item **10.8.2.4**, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, do caput do art. 155, da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput do referido artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave



que a sanção referida no item anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito desta Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.8.8 A sanção estabelecida no item **10.8.2.4**, será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

10.8.8.1 quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

10.8.8.2 quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no subitem anterior, na forma de regulamento.

10.8.9 As sanções previstas nos itens **10.8.2.1**, **10.8.2.3** e **10.8.2.4**, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item **10.8.2.2**.

10.8.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.8.11 A aplicação das sanções previstas no item **10.8.2**, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.8.12 Constatada a ocorrência do descumprimento total ou parcial do contrato, que aponte a possibilidade de aplicação das sanções descritas nos itens **10.8.2.1** a **10.8.2.4**, o servidor público responsável pelo atestado de prestação de serviços de recebimento parcial ou total da obra emitirá parecer técnico fundamentado e o encaminhará à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

10.8.13 Na aplicação da sanção prevista no item **10.8.2.2**, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.8.14 A aplicação das sanções previstas nos itens **10.8.2.3** e **10.8.2.4**, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.8.14.1 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.8.14.2 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.8.14.3 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

10.8.14.3.1 interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste item;

10.8.14.3.2 suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei Federal n.º 12.846/2013;



10.8.14.3.3 suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

10.8.15 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal n.º 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal n.º 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos nesta referida Lei.

10.8.16 Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

10.8.17 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

10.8.17.1 reparação integral do dano causado à Administração Pública;

10.8.17.2 pagamento da multa;

10.8.17.3 transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

10.8.17.4 cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

10.8.17.5 análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

10.8.18 A sanção pelas infrações previstas nos itens **10.8.1.8** e **10.8.1.12**, exigirá como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

10.8.19 Em caso de descumprimento das obrigações contraídas neste Instrumento e para fins de cumprimento das sanções administrativas previstas em lei, o Edital seguirá às disposições contidas nos artigos 155 a 163, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1 Medição

11.1.1 Mensalmente, até o último dia do mês, a fiscalização do CONTRATANTE efetuará a medição dos serviços realizados naquele período, submetendo-a a aprovação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

11.1.2 A apuração do serviço executado, deverá corresponder ao período do primeiro ao último dia de cada mês, sendo possível, excepcionalmente, apurar-se período inferior a 30 (trinta) dias, desde que no primeiro ou no último mês de vigência do contrato, e, ainda em casos de suspensão temporária dos serviços.

11.1.3 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes documentos:



11.1.3.1 Farão parte da documentação de comprovação dos serviços realizados, juntamente com o Boletim de Medição, a Memória de cálculo individual por localidade ou Estacas dos quantitativos, o Relatório fotográfico do estado do local antes e depois da realização dos serviços, diário de Obra e ensaios e sondagens nos serviços que forem necessários.

11.1.4 O pagamento somente será liberado mediante a apresentação pela CONTRATADA dos documentos exigíveis na solidariedade; discriminados no Art. 197, Inciso II, letras a, b, c e parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º da letra “e”, IN n.º 100 de 18 de dezembro de 2003 do INSS, a saber:

11.1.4.1 GFIP identificada com a matrícula CEI da obra, com Código 155 ou 908, constantes no Manual da GFIP, com comprovante de entrega.

11.1.4.2 Cópias das Notas Fiscais, Faturas ou recibos de prestação de serviços emitidos por subempreiteiros, com vinculação inequívoca à obra, e dos comprovantes dos documentos de arrecadação de retenção acompanhada das informações específicas do tomador da obra.

11.1.4.3 Cópia da Guia de Recolhimento Específica, quitada, recolhida com a identificação da matrícula da obra – CEI.

11.1.4.4 Resumo da folha de empregados da obra.

11.1.4.5 CND do INSS, do CRF do FGTS e do CNDT.

11.1.4.6 Comprovação que a CONTRATADA adota escrita regular no período de duração da obra, mediante cópia do Livro Diário devidamente formalizado e declaração firmada pelo representante legal da empresa de que os valores apresentados estão contabilizados, isentando assim o CONTRATANTE de qualquer encargo junto ao INSS, decorrente dos referidos recolhimentos.

11.1.5 CONTRATADA deverá discriminar na Nota Fiscal ou Fatura, os valores correspondentes ao fornecimento de material ou de equipamento na execução do serviço, cujo total, será deduzido do valor bruto da Nota Fiscal ou Fatura, para base de cálculo da contribuição complementar a ser retida para o INSS, caso não configure na GPS apresentada, a comprovação dos requisitos mínimos previstos no RPS.

11.1.6 A CONTRATADA deverá comprovar o recolhimento do ISSQN de cada Nota Fiscal emitida, relativa à execução desta licitação referente ao mês imediatamente anterior ao da emissão da Nota Fiscal, no local da execução da obra ou prestação de serviço, excetuando-se, a obra ou prestação de serviços executados fora do Município de TEIXEIRA DE FREITAS – BA, cujos impostos serão retidos na fonte de acordo com a legislação pertinente.

11.1.7 A CONTRATADA deverá realizar o cadastro da obra junto ao portal de Cadastro Nacional de Obras (CNO).

11.1.8 A CONTRATADA deverá anexar cópias da Apólice de Seguro, Contratos, Aditivos, Apostilamentos e Portarias.

11.1.9 A CONTRATADA deverá anexar cópias da ART de execução e ART de fiscalização do objeto.

11.1.10 A CONTRATADA deverá anexar cópias das Certidões de Débitos da Fazenda Municipal, da Fazenda Estadual e Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.



11.2 Do recebimento

11.2.1 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto(s) no(s) cronograma(s) físico(s)-financeiro(s), o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

11.2.1.1 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no(s) cronograma(s) físico(s)-financeiro(s), estiverem executados em sua totalidade.

11.2.1.2 O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

11.2.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco)** dias, pelo fiscal de contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Lei Federal n.º 14.133/2021, art. 140, inciso I, alínea “a” e Decreto Municipal n.º 517/2023, art. 10, inciso IX).

11.2.2.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

11.2.2.2 O fiscal de contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Decreto Municipal n.º 517/2023, art. 10, inciso IX).

11.2.2.3 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal de contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

11.2.2.4 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

11.2.2.5 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

11.2.2.6 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140, da Lei Federal n.º 14.133/2021).

11.2.2.7 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

11.2.2.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



11.2.3 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

11.2.4 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **5 (cinco)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

11.2.4.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal de contrato, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto Municipal n.º 517/2023, art. 9, inciso IV);

11.2.4.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

11.2.4.3 Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

11.2.4.4 Comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

11.2.4.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de finanças para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

11.2.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, da Lei Federal n.º 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.2.6 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

11.2.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11.3 Procedimentos para liquidação e pagamento

11.3.1 O pagamento das obrigações contratuais deverá observar a ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte diferenciada de recursos, separadamente por unidade administrativa e subdividida nas seguintes categorias de contratos:

- I. fornecimento de bens;
- II. locações;
- III. prestação de serviços; e



IV. realização de obras.

11.3.1.1 As fontes de recursos constituem-se de agrupamentos específicos de naturezas de receitas, atendendo a uma determinada regra de destinação legal, evidenciando a origem ou a procedência dos recursos que devem ser gastos com uma determinada finalidade.

11.3.1.2 Os credores de contratos a serem pagos com recursos vinculados à finalidade ou à despesa específica serão ordenados em listas próprias para cada convênio, contrato de empréstimo ou de financiamento, fundo especial ou outra origem específica do recurso, cuja obtenção exija vinculação.

11.3.2 Antes de realizar pagamento, o fiscal de contrato deverá examinar e conferir os procedimentos administrativos quanto à instrução processual e verificar, em especial, valores a serem pagos, valores a serem retidos, documentos comprobatórios e datas de vencimento, bem como quaisquer outros eventos a cuja ocorrência esteja vinculada a emissão de documento de cobrança ou o pagamento.

11.3.3 Concluída a conferência do procedimento administrativo e verificada a manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação ou para a contratação direta, a Secretaria responsável instruirá o processo administrativo de pagamento com a documentação pertinente, bem como com Autorização de Liquidação, e encaminhará para a respectiva contabilidade.

11.3.4 Após verificação dos documentos, a Contabilidade executará a Liquidação e remeterá para o Controle Interno para análise processual do processo de pagamento.

11.3.4.1 Em caso de erros ou ausências de documentos necessários para pagamento, a Controladoria Geral do Município deverá devolver o processo ao responsável para as devidas correções, que terá o prazo de 24h (vinte e quatro horas) para saneamento do quanto apontado em notificação.

11.3.4.2 Executadas as correções, o processo retornará à Controladoria Geral do Município, que realizará nova análise.

11.3.5 Estando o processo com a documentação regular, e sanadas as possíveis irregularidades, a Controladoria Geral do Município encaminhará o processo à Secretaria Municipal de Finanças para pagamento seguindo a ordem cronológica.

11.3.6 A ordem cronológica de exigibilidade terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a liquidação de despesa.

11.3.6.1 Considera-se liquidação de despesa o segundo estágio da despesa pública e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a execução do objeto ou de etapa do cronograma físico-financeiro do contrato, conforme o caso.

11.3.6.2 A despesa inscrita em restos a pagar não altera a posição da ordem cronológica de sua exigibilidade, não concorrendo com as liquidações do exercício corrente.

11.4 Liquidação

11.4.1 O prazo para liquidação será cláusula necessária no instrumento de contrato, nos termos do art. 92, inciso VI, da Lei Federal n.º 14.133/2021.



11.4.2 Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, nos termos do Decreto Municipal n.º 53/2024.

11.4.2.1 O prazo de que trata este item será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.4.3 Os prazos de que tratam o item **11.4.2** e seu subitem poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.4.4 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de que tratam o item **11.4.2** e seu subitem.

11.4.5 Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63, da Lei Federal n.º 4.320/1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato.

11.4.6 Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação, o prazo será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

11.4.7 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.4.8 Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

11.4.9 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.4.10 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 3/2018).



11.4.11 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.4.12 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.4.13 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.4.14 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.5 Pagamento

11.5.1 O prazo para pagamento será cláusula necessária no instrumento de contrato, nos termos do art. 92, inciso VI, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.5.2 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da liquidação da despesa, conforme item **11.4**, nos termos do Decreto Municipal n.º 53/2024.

11.5.2.1 O prazo de que trata este item será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.5.3 Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

11.5.4 No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

11.5.5 Previamente ao pagamento, a Administração deve verificar a manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação.

11.5.5.1 A eventual perda das condições de que trata o caput não enseja, por si, retenção de pagamento pela Administração.

11.5.5.2 Verificadas quaisquer irregularidades que impeçam o pagamento, a Administração deverá notificar o fornecedor contratado para que regularize a sua situação.

11.5.5.3 A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.



11.5.5.4 É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV, do art. 139, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.6 Forma de pagamento

11.6.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.6.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.6.3.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.6.4 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

12.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

12.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento por MELHOR PREÇO GLOBAL.

12.2 Regime de execução

12.2.1 O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário.

12.3 Critérios de aceitabilidade de preços

12.3.1 Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

12.3.1.1 O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei Federal n.º 14.133/2021).

12.3.2 Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

12.3.2.1 valor global: conforme valor estimado da licitação.



12.3.2.2 custos unitários relevantes: itens da planilha de orçamento, conforme anexo do Estudo Técnico Preliminar.

12.4 Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

12.4.1 Habilitação jurídica

12.4.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.4.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.4.1.3 Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.4.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.4.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77/2020.

12.4.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.4.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.4.1.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107, da Lei Federal n.º 5.764/1971;

12.4.1.9 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279, da Lei Federal n.º 6.404/1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei Federal n.º 14.133/2021);

12.4.1.10 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



12.4.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

12.4.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, mediante apresentação do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

12.4.2.2 Provas de regularidades para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, com validade na data da licitação, na forma da lei.

12.4.2.2.1 Para a comprovação da regularidade com a Fazenda Federal deverá ser apresentada a certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.4.2.2.2 Para a comprovação da regularidade com a Fazenda Municipal deverá ser apresentada a certidão relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

12.4.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF), com validade na data da licitação.

12.4.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Federal n.º 5.452/1943.

12.4.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, com validade na data da licitação, na forma da lei.

12.4.2.6 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.4.2.7 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12.4.3 Qualificação econômico-financeira

12.4.3.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME n.º 116/2021), ou de sociedade simples.

12.4.3.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei Federal n.º 14.133/2021, art. 69, *caput*, inciso II).

12.4.3.3 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei (devidamente registrado na Junta



Comercial ou órgão equivalente), que comprovem a boa situação financeira da empresa licitante, por meio do cálculo de índices contábeis abaixo previstos, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo apresentar separadamente os seguintes elementos: *Ativo Circulante, Ativo Total, Realizável a Longo Prazo, Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo*, o **índice de liquidez corrente (ILC)**, o **Índice de Liquidez Geral (ILG)** e o **Índice de Solvência Geral (ISG)**.

12.4.3.4 Caso a licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o art. 112, da Lei Federal n.º 5.764/1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

12.4.3.5 Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo contador.

12.4.3.6 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, §1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021).

12.4.3.7 Os documentos referidos no subitem **12.4.3.3** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.4.3.8 Serão considerados aceitos como **na forma da lei** o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

12.4.3.8.1 Sociedades regidas pela Lei Federal n.º 6.404/1976 (Sociedade Anônima): publicados em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação, ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor;

12.4.3.8.2 Sociedades empresárias, não empresárias e sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL): **fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor ou em outro órgão equivalente, ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor, ou em outro órgão equivalente.**

12.4.3.9 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

12.4.3.10 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

12.4.3.10.1 Para comprovação deste subitem o licitante deverá apresentar a exigência acima nos balanços apurados dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e validado por profissional habilitado da área contábil.



12.4.3.11 O atendimento dos índices econômicos previstos no item **12.4.3** deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

12.4.3.12 Os documentos relativos ao subitem **12.4.3.3**, deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador ou mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação, a indicação do nome do contador e do número do seu registro no **Conselho Regional de Contabilidade**.

12.4.3.13 As demonstrações contábeis referentes aos índices solicitados no subitem **12.4.3.3**, quando apresentados separadamente do balanço patrimonial, deverão conter assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador, acompanhado da certidão do seu registro no **Conselho Regional de Contabilidade**.

12.4.3.14 A empresa licitante deverá apresentar Declaração conforme Anexo II deste Termo de Referência, assinada pelo representante legal da empresa, do(s) compromisso(s) contratual(ais) contraído(s) pela proponente, informando, no mínimo, o(a) CONTRATANTE, n.º do contrato, objeto e saldo financeiro dos serviços ainda não medidos no(s) contrato(s), que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

12.4.4 Qualificação técnica

12.4.4.1 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

12.4.4.1.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

12.4.4.2 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, qual seja **CREA** em plena validade.

12.4.4.2.1 Em se tratando de empresa não registrada no respectivo Conselho no Estado da Bahia, deverá apresentar o registro do Conselho do Estado de Origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do Conselho local antes da assinatura do contrato.

12.4.4.3 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

12.4.4.4 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

12.4.4.5 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

N.º	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANTIDADE
-----	--------------------------	-------	------------



1	COLETA, COMPACTAÇÃO E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU), DOMICILIARES, COMERCIAIS E PÚBLICOS EQUIPARADOS, EXECUTADOS POR EQUIPES COMPOSTAS POR MOTORISTA E AGENTES DE COLETA, MEDIANTE UTILIZAÇÃO DE CAMINHÕES COMPACTADORES DE CARGA TRASEIRA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 M³, INCLUINDO OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA, COMBUSTÍVEL, LUBRIFICANTES, PNEUS, SISTEMAS DE RASTREAMENTO POR GPS, COLETA MANUAL E MECANIZADA, CARREGAMENTO, TRANSPORTE ATÉ DISPOSIÇÃO FINAL, FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, UNIFORMES, EPIS, FERRAMENTAS, SUPERVISÃO OPERACIONAL E DEMAIS CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	T	26.430,00
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO MANUAL DE LOGRADOUROS, ÁREAS E VIAS PÚBLICAS PAVIMENTADAS, ABRANGENDO SARJETAS, CALÇADAS, PRAÇAS, CANTEIROS CENTRAIS E DEMAIS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS, COMPREENDENDO A REMOÇÃO, RECOLHIMENTO, ACONDICIONAMENTO E CONFINAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DISPERSOS, LIMPEZA E ESVAZIAMENTO DE PAPELEIRAS E CESTAS PÚBLICAS, REMOÇÃO MANUAL DE VEGETAÇÃO INVASORA EM MEIOS-FIOS E PASSEIOS, COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE MÃO DE OBRA, ENCARGOS SOCIAIS, SUPERVISÃO, VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE PESSOAL, MOTOCICLETAS DE FISCALIZAÇÃO, PONTOS DE APOIO, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, MATERIAIS DE CONSUMO, SACOS PLÁSTICOS, CONTÊINERES, SISTEMA DE RASTREAMENTO VIA GPS E TODOS OS INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO CONTÍNUA DOS SERVIÇOS, MEDIDOS EM QUILOMETROS DE SARJETA VARRIDA POR MÊS (KM DE SARJETA/MÊS).	KM DE SARJETA	33.978,00
3	EQUIPE OPERACIONAL DE SERVIÇOS CONGÊNERES DE LIMPEZA URBANA E MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS, INCLUINDO CAPINAÇÃO MANUAL, ROÇAGEM, LIMPEZA DE DRENAGEM PLUVIAL, LIMPEZA DE MARGENS DE RIOS E CANAIS, LIMPEZA DE FEIRAS E MERCADOS, PINTURA DE MEIO-FIO E SERVIÇOS CORRELATOS, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, VEÍCULOS BASCULANTES, TRANSPORTE DE EQUIPE, EQUIPAMENTOS DE APOIO E SUPERVISÃO TÉCNICA, MEDIDOS EM EQUIPE/DIA.	H	74.880,00
4	ROÇAGEM MECANIZADA DE ÁREAS VERDES EM LOGRADOUROS PÚBLICOS COM UTILIZAÇÃO DE ROÇADEIRAS LATERAIS TIPO COSTAL, INCLUINDO APOIO OPERACIONAL, SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA, COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS.	M²	1.006.200,00

12.4.4.6 Para atendimento à qualificação técnico-profissional, será exigida a comprovação do licitante possuir em seu corpo técnico permanente, na data de abertura das propostas, profissional(is) de nível superior ou outro(s) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente (CREA), detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente (CREA) da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), expedida(s) por este(s) conselho(s), CREA, na forma do parágrafo único do art. 55 da Resolução n.º 1.025 do CONFEA, de 30 de outubro de 2009, que comprove(m) que o licitante tenha executado para o órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual,



municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, os seguintes serviços com as devidas características mínimas apresentadas na tabela do item anterior **12.4.4.7**.

12.4.4.7 Apresentação de relação explícita e declaração formal, sob as penas cabíveis, de que dispõem de equipe técnica, instalações, canteiros, máquinas e equipamentos em bom estado, adequados à execução rápida e eficiente dos serviços. A relação da equipe técnica deverá indicar a qualificação profissional de cada um, acompanhada de declaração autorizando a indicação de seus nomes, com data posterior à publicação do edital.

12.4.4.8 Os quantitativos mínimos exigidos poderão ser apresentados em mais de um atestado para cada um dos itens relevantes acima especificados. Da mesma forma, será possível apresentar atestados diferentes para itens distintos.

12.4.4.9 A licitante deverá apresentar a **DECLARAÇÃO COM RELAÇÃO DE SERVIÇOS ATRELADOS ÀS CERTIDÕES DE ACERVO TÉCNICO** (conforme modelo Anexo I), a fim de agilizar a análise por parte do setor técnico de engenharia desta municipalidade. Devendo ser informado na coluna QUANT TOTAL (Para o caso de técnico-profissional) a soma das quantidades do serviço em cada CAT que este esteja presente; na coluna N.º DA CAT o número das CATs onde o serviço pode ser encontrado; na coluna PÁGINA o número das folhas onde se encontra o serviço.

12.4.4.10 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

12.4.4.10.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

12.4.4.10.2 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12.4.4.11 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

12.4.4.11.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos artigos 4, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º, da Lei Federal n.º 5.764/1971;

12.4.4.11.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

12.4.4.11.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

12.4.4.11.4 O registro previsto na Lei Federal n.º 5.764/1971, art. 107;

12.4.4.11.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

12.4.4.11.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o



aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

12.4.4.11.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112, da Lei Federal n.º 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1 Orçamento estimado para contratação

13.1.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 54.825.753,48 (cinquenta e quatro milhões oitocentos e vinte e cinco mil setecentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos), conforme planilha orçamentária contida no anexo do Estudo Técnico Preliminar.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) 2026.

14.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS;
- II) Fonte de Recursos: 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – FPM; 15010000 – OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS;
- III) Programa de Trabalho/Projeto Atividade: 2356 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA;
- IV) Elemento de Despesa: 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

14.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Teixeira de Freitas – BA, 12 de junho de 2026.

ÁLVARO FILIPE MEDINA DOS SANTOS
MATRÍCULA N.º 51.910
OFICIAL DE GABINETE
Servidor que elaborou o TR

ROGÉRIO CONCEIÇÃO DA SILVA
MATRÍCULA N.º 49.980
CHEFE DA DIVISÃO DE LIMPEZA URBANA
Servidor(a) que aprovou o TR



ANEXO I – MODELO DECLARAÇÃO COM RELAÇÃO DE SERVIÇOS ATRELADOS ÀS CERTIDÕES DE ACERVO TÉCNICO

(Papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO COM RELAÇÃO DE SERVIÇOS ATRELADOS ÀS CERTIDÕES DE ACERVO TÉCNICO (CAT)

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º XXX/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º XXX-2026

A empresa, inscrita no CNPJ sob o n.º, com endereço à, n.º, bairro Cidade de, estado de, neste ato representada legalmente por (nome e qualificação completa do representante legal), **DECLARA**, sob as penas da lei, para fazer face ao presente processo licitatório acima referenciado, conforme edital e seus anexos, no município de Teixeira de Freitas – BA, que até a presente data a mesma detém a seguinte relação de serviços atrelados às certidões de acervo técnico:

N.º	SERVIÇO	UNID.	QUANT. TOTAL	N.º DA CAT	PÁGINA(s)
1	COLETA, COMPACTAÇÃO E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU), DOMICILIARES, COMERCIAIS E PÚBLICOS EQUIPARADOS, EXECUTADOS POR EQUIPES COMPOSTAS POR MOTORISTA E AGENTES DE COLETA, MEDIANTE UTILIZAÇÃO DE CAMINHÕES COMPACTADORES DE CARGA TRASEIRA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 M³, INCLUINDO OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA, COMBUSTÍVEL, LUBRIFICANTES, PNEUS, SISTEMA DE RASTREAMENTO POR GPS, COLETA MANUAL E MECANIZADA, CARREGAMENTO, TRANSPORTE ATÉ DISPOSIÇÃO FINAL, FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, UNIFORMES, EPIS, FERRAMENTAS, SUPERVISÃO OPERACIONAL E DEMAIS CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	T			
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO MANUAL DE LOGRADOUROS, ÁREAS E VIAS PÚBLICAS PAVIMENTADAS, ABRANGENDO SARJETAS, CALÇADAS, PRAÇAS, CANTEIROS CENTRAIS E DEMAIS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS, COMPREENDENDO A REMOÇÃO, RECOLHIMENTO, ACONDICIONAMENTO E CONFINAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DISPERSOS, LIMPEZA E ESVAZIAMENTO DE PAPELEIRAS E CESTAS PÚBLICAS, REMOÇÃO MANUAL DE VEGETAÇÃO INVASORA EM MEIOS-FIOS E PASSEIOS, COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE MÃO DE OBRA, ENCARGOS SOCIAIS, SUPERVISÃO, VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE PESSOAL, MOTOCICLETAS DE FISCALIZAÇÃO,	KM DE SARJETA			



	PONTOS DE APOIO, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, MATERIAIS DE CONSUMO, SACOS PLÁSTICOS, CONTÊINERES, SISTEMA DE RASTREAMENTO VIA GPS E TODOS OS INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO CONTÍNUA DOS SERVIÇOS, MEDIDOS EM QUILOMETROS DE SARJETA VARRIDA POR MÊS (KM DE SARJETA/MÊS).				
3	EQUIPE OPERACIONAL DE SERVIÇOS CONGÊNERES DE LIMPEZA URBANA E MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS, INCLUINDO CAPINAÇÃO MANUAL, ROÇAGEM, LIMPEZA DE DRENAGEM PLUVIAL, LIMPEZA DE MARGENS DE RIOS E CANAIS, LIMPEZA DE FEIRAS E MERCADOS, PINTURA DE MEIO-FIO E SERVIÇOS CORRELATOS, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, VEÍCULOS BASCULANTES, TRANSPORTE DE EQUIPE, EQUIPAMENTOS DE APOIO E SUPERVISÃO TÉCNICA, MEDIDOS EM EQUIPE/DIA.	H			
4	ROÇAGEM MECANIZADA DE ÁREAS VERDES EM LOGRADOUROS PÚBLICOS COM UTILIZAÇÃO DE ROÇADEIRAS LATERAIS TIPO COSTAL, INCLUINDO APOIO OPERACIONAL, SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA, COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS.	M²			

Teixeira de Freitas – BA, _____ de _____ de 2026.

Razão Social / CNPJ
Nome e n.º do RG do Representante Legal

Observação Importante:

Não serão aceitas declarações manuscritas, tão pouco aquelas preenchidas em formulários sem o timbre da empresa proponente.



ANEXO II – MODELO DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS DE OBRAS CIVIS EM ANDAMENTO

(Papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS DE OBRAS CIVIS EM ANDAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º XXX/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º XXX-2026

A empresa, inscrita no CNPJ sob o n.º, com endereço à, n.º, bairro Cidade de, estado de, neste ato representada legalmente por (nome e qualificação completa do representante legal), **DECLARA**, sob as penas da lei, para fazer face ao presente processo licitatório acima referenciado, conforme edital e seus anexos, no município de Teixeira de Freitas – BA, que até a presente data a mesma detém os seguintes contratos com os respectivos saldos contratuais:

CONTRATANTE	NÚMERO DO CONTRATO	OBJETO	SALDO CONTRATUAL

Teixeira de Freitas – BA, ____ de _____ de 2026.

Razão Social / CNPJ
Nome e n.º do RG do Representante Legal

Observação Importante:

Não serão aceitas declarações manuscritas, tão pouco aquelas preenchidas em formulários sem o timbre da empresa proponente.



ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (VISTORIA PRÉVIA)

(Papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (VISTORIA PRÉVIA)

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º XXX/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º XXX-2026

Em atendimento à previsão legal contida nos artigos 63, § 1º e 67, inciso VI, da Lei Federal n.º 14.133/2021, _____ (nome completo do representante legal da empresa), declaro, em relação ao procedimento licitatório _____, sob pena de inabilitação, que o(a) Sr(a). _____ (nome completo do profissional indicado pela empresa), responsável técnico por essa empresa, realizou visita prévia para fins de vistoria técnica, onde atesto ter conhecimento integral do local e das condições de realização da obra e/ou serviços, ratificando que me foi assegurado o direito de realização da vistoria prévia ao _____ (local visitado) na data do dia ____/____/____, às ____:____, horário de Brasília, acompanhado pelo servidor _____, matrícula n.º _____ lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, da Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas – BA.

Teixeira de Freitas – BA, ____ de ____ de 2026.

Agente Público
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Responsável técnico da Empresa
(Nome, cargo, n.º do registro no órgão competente CREA e carimbo da empresa)

Representante Legal da Empresa
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO IV – MODELO DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO (DISPENSA DE VISTORIA PRÉVIA)

(Papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO (DISPENSA DE VISTORIA PRÉVIA)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º XXX/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º XXX-2026**

Declaro, em relação ao procedimento licitatório _____, ter conhecimento pleno acerca das condições e peculiaridades da contratação, além de ter ciência de todas as informações para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, pelo que dispenso a realização da **VISTORIA PRÉVIA**, com o que não poderei alegar desconhecimento superveniente.

Teixeira de Freitas – BA, ____ de _____ de 2026.

Responsável técnico da Empresa
(Nome, cargo, n.º do registro no órgão competente CREA e carimbo da empresa)